

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

# A Construção da Cidadania



PROGRAMA NACIONAL DE

*desburocratização*



Editora Universidade de Brasília

### *A Construção da Cidadania*

A noção de cidadania atinge as mais diversas formas da existência humana e foi procurando mostrar todas as questões emergentes destas formas de vida que se realizou o segundo seminário da série sobre *A Universidade Brasileira e a Constituinte*: um seminário voltado especialmente para *A Construção da Cidadania*. Organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, entre novembro e dezembro de 1985, o seminário reuniu líderes sindicais, representantes de minorias indígenas e de grupos negros, feministas, jornalistas, psicólogos e professores em geral.

O objetivo foi analisar de que modo o cotidiano da vida de um cidadão brasileiro deve figurar no futuro texto constitucional. Quando se imagina o sem-número de situações em que é necessário o exercício da cidadania, poder-se-ia dizer que a partir do momento em que põe o pé fora de casa, o brasileiro está apto a ser um cidadão nem sempre, infelizmente, na plena posse dos seus direitos. São direitos, por exemplo, que se poderia definir como a cidadania das pequenas causas: o direito de ser pedestre é um deles. Um direito freqüentemente desrespeitado na maioria das grandes cidades brasileiras, mas que se exerce com o risco da própria vida.

---

# A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA



# A Construção da Cidadania

## **Organização**

Departamento de Sociologia da UnB

## **Coordenação**

João Gabriel Lima Cruz Teixeira

**Programa Nacional de Desburocratização**



*Editora Universidade de Brasília*

Este livro ou qualquer parte dele  
não pode ser reproduzido por qualquer meio  
sem autorização expressa do Editor

*Impresso no Brasil*

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1986 by Editora Universidade de Brasília

*Equipe Técnica:*

Capa: Magno Ernesto Cavalcanti

Coordenação de Produção:  
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Revisão e Coordenação Gráfica:  
Esmeraldino Henrique da Silva

ISBN 85-230-0211-1

Ficha catalográfica  
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Teixeira, João Gabriel Lima Cruz, ed.  
A construção da cidadania. Brasília. Editora Universi-  
dade de Brasília, c1986.  
268 p.

Convênio PrND/UnB

T266c  
342.71:321.7 (81) (061.3)

t

## *SUMÁRIO*

Apresentação .....	7
A Cidadania do Trabalhador Urbano .....	9
A Cidadania do Trabalhador Rural .....	51
A Construção da Cidadania Feminina .....	91
A Cidadania e a Questão Étnica .....	129
A Cidadania e as Questões Emergentes .....	185
A Cidadania e os Meios de Comunicação .....	235





# A CIDADANIA DO TRABALHADOR URBANO

Coordenador

*Pedro Demo*

(Secretário-Geral do Ministério da Desburocratização)

Expositores

*Luís Werneck Viana*

(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ)

*Leôncio Martins Rodrigues*

(Universidade de São Paulo)

*Lúcio Antônio Bellentani*

(Comissão de Fábrica da Ford)

*José Dirceu de Oliveira e Silva*

(Secretário-Geral do PT-SP)

*José Geraldo de Souza Júnior*

(Chefe da Assessoria Jurídica da UnB)



COORDENADOR (Pedro Demo) – Os oradores serão o dr. Luís Werneck Viana, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ; professor Leôncio Martins Rodrigues, professor de Ciências Sociais da USP; Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford; José Dirceu de Oliveira e Silva, secretário-geral do PT – São Paulo e José Geraldo de Souza Júnior, chefe da Assessoria Jurídica da UnB.

Antes de iniciarmos, vamos estabelecer algumas regras do jogo: cada orador dispõe de 20 minutos e, em seguida, o debate estará aberto.

Vamos começar pela ordem casual. Concedo a palavra ao dr. Leôncio Martins Rodrigues, professor de Ciências Sociais da USP.

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES (USP) – O tema de hoje é “Cidadania do Trabalhador”. O dr. Luís Werneck Viana já denunciou o que eu ia dizer, mas ele só percebeu o início.

Em 1949, Marshall, autor inglês, publicou um artigo que se tornou famoso, chamado “Cidadania e Classe Social”. Não sei se ainda continua sendo lido nas Ciências Sociais. Nesse artigo, Marshall entendia que a cidadania era composta por três tipos de direito: uma parte que envolveria os direitos civis e que seria composta fundamentalmente pelos direitos necessários às liberdades individuais; liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento, de fé, direito de propriedade, de fazer contratos, de ter acesso à Justiça, etc. Depois, ele distinguia uma parte da cidadania, que era a política, que envolveria mais propriamente os direitos políticos do cidadão: o direito de participar no exercício da política e, principalmente, o direito de votar e ser votado. Depois, ele distinguia um terceiro componente da cidadania, que compreenderia os chamados direitos sociais; fundamentalmente o direito de ter um mínimo de bem-estar social. Marshall entendia que os direitos civis foram, principalmente no caso da Inglaterra, característicos do século XVIII, os direitos políticos do século XIX e os direitos sociais do século XX.

Nesta análise de Marshall, que implica uma concomitante ampliação dos direitos de cidadania, falta um aspecto extremamente relevante a que quase chamaria “a cidadania na fábrica” ou a “cidadania econômica”. Mesmo adquirindo todos esses direitos – os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais –, o trabalhador, principalmente o operário da indústria moderna, dentro da empresa está submetido a um sistema de autoridade. O trabalhador na fábrica é pensado como um executante,

simplesmente realiza tarefas que são planejadas e cedidas por outros. A fábrica constitui, assim, um sistema de autoridade. Esse sistema pode ser mais duro ou mais frouxo, mas existe, porque, de outra maneira, a fábrica não teria condição de funcionar. A indústria moderna exige comando e quem fala em comando fala também em algumas pessoas que são comandadas.

Este aspecto é fundamental para o trabalhador, porque ele vive na empresa pelo menos durante 8 horas diárias.

Então, um aspecto muito importante, e nem sempre é pensado pelos políticos, é o que chamaria a “cidadania do trabalhador na empresa”, ou seja, uma parte da cidadania que envolveria os direitos do trabalhador, isto é, enfim, todos aqueles direitos que estão relacionados com a limitação da autoridade gerencial. Digo autoridade gerencial, e não patronal. Significo com isto não só aquela parte relacionada especificamente com a propriedade privada, como envolvo também as empresas que são estatais e que possuem também o sistema de autoridade.

Se no século XIX se tratava fundamentalmente de limitação do que chamariamos de uma autoridade patronal, do proprietário, hoje é preciso pensar na questão sob ponto de vista mais amplo, de maneira a envolver as empresas estatais, aquelas que são dirigidas por administradores profissionais. Nem por isso a empresa se torna necessariamente mais democrática.

Então, é fundamental para o trabalhador deter, na sua vida de trabalho, uma participação maior no sistema de decisão. Deve ser também participante no conjunto de decisões que o afetam diretamente.

Na Europa, e até mesmo nos Estados Unidos, os trabalhadores, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, avançaram muito no sentido de uma restrição da autoridade gerencial e no sentido de uma participação ampliada no sistema decisório a nível da empresa. Além de uma pressão no plano do sistema político, o sindicato foi capaz de exercer uma pressão no interior da fábrica. O sindicato foi para dentro da empresa, conquistou uma série de vitórias e obteve uma série de conquistas.

Nos Estados Unidos, os sindicatos, embora não muito bem implantados no conjunto da sociedade, em alguns ramos industriais se consolidaram no interior das empresas e têm um poder de veto muito grande a certas decisões da empresa. Na Inglaterra, já antes dos Estados Unidos, após a Primeira Guerra, houve o estabelecimento dos comitês mistos de consulta, de que os trabalhadores participavam e eram informados de uma série de aspectos da vida da empresa. Esses comitês não têm ainda um poder de decisão, mas exercem uma pressão, talvez até de natureza moral, sobre a administração interna da empresa. Os trabalhadores têm algum meio de obter informações e de influenciar as decisões que afetam o próprio trabalhador, sobretudo nas questões de administração da empresa, nas

questões sociais, como aposentadoria, transferência, desemprego, escalas de salários, e assim por diante.

Depois da Guerra, ainda na França, vimos o movimento dos comitês de empresas, que conseguiram levar os sindicatos para dentro das fábricas francesas, de onde eles estavam muito afastados. Porém, foi na Alemanha que esse movimento de ampliação da participação dos trabalhadores, esse movimento que envolve uma questão a que poderíamos chamar também de uma democracia industrial, avançou mais. Depois da II Guerra, na Alemanha, um pouco estimulado também pelo setor sob a ocupação inglesa, estimularam-se várias formas de participação dos trabalhadores na administração das empresas alemãs. No caso, a intenção foi limitar ou tornar mais difícil a repetição do fenômeno nazista: diminuir o poder do grande patronato alemão. Foi a partir de 1951 que surgiram muitas leis tratando da participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Nesse movimento, através de medidas legislativas, foi obtido o estabelecimento obrigatório de conselhos de estabelecimentos, que aqui no Brasil poderíamos chamar de "conselhos de fábrica", que reúnem unicamente representantes dos trabalhadores. Depois, na indústria do aço e na indústria do carvão, foi obtida, como os srs. provavelmente sabem a participação paritária na gestão das empresas.

No Brasil, o movimento sindical esteve notavelmente ausente do interior das fábricas. Mesmo naqueles momentos de pico do movimento sindical brasileiro, mesmo naqueles momentos em que o sindicalismo entre nós obteve papel proeminente na vida política, os sindicatos estiveram ausentes das fábricas. A força do movimento sindical, nesses momentos de pico, foi externa à empresa. Especificamente no começo da década de 60, durante o Governo Goulart, o movimento sindical brasileiro, especificamente as correntes agrupadas no Comando Geral dos Trabalhadores, tiveram inegavelmente uma importância política bastante grande. Porém, essa importância se manifestou a nível do sistema político nacional e não afetou, de modo algum, o sistema social das empresas, não afetou o sistema de relações internas. Praticamente deixou intactas todas as formas de gestão autoritária, em que o poder se concentrava nas mãos da direção da empresa e, daí, iam para os supervisores. O movimento sindical até 64, portanto, descuidou desses aspectos que são fundamentais para o trabalhador, que o afetam na sua vida diária, no seu cotidiano.

Assim, tivemos, no período 61/64, uma situação paradoxal: o movimento sindical com peso bastante grande na política brasileira, influenciando o sistema decisório nacional, porém, muito debilmente implantado dentro das fábricas. O movimento sindical nesse período pode ter assustado os proprietários de empresas, porém, não os incomodou internamente na fábrica, porque era um movimento sindical voltado para fora, voltado para o Estado. Depois do golpe militar de 64, todos sabem que o movimento sindical desaparece no Brasil; vai reaparecer em fins da

década de 70 e, a meu ver, com muitas características novas. Uma delas realmente essencial, constituindo talvez o aspecto mais inovador do movimento operário nestes últimos anos, foi sua reorientação para o interior das fábricas. O movimento sindical não se limitou a certo tipo de reivindicação mais geral e habitual, como os reajustes salariais, mas tratou de colocar um conjunto de questões que afetavam o sistema de relações internas da empresa.

Nesse reaparecimento do movimento sindical é que vemos ressurgir algo bastante novo no Brasil – talvez até já tenhamos algumas experiências no passado, mas não conseguiram consolidar-se: o fenômeno das comissões de fábrica, que constituem uma forma de representação dos trabalhadores no interior das empresas. Basicamente limitam a autoridade patronal, aumentam o poder de os trabalhadores influenciarem certas decisões ou certos aspectos da vida da empresa que estão fundamentalmente ligados à vida cotidiana do trabalhador na fábrica. A comissão é algo que, sob esse ponto de vista, vem e toca um aspecto, às vezes deixado de lado, da dignidade do trabalhador, de este não ser um mero objeto de que a gerência dispõe, coloca de um lado para outro como bem entende, apenas nisso limitada pela Legislação do Trabalho, que, de todo jeito, é distante e não consegue oferecer uma efetiva proteção ao trabalhador nesses aspectos ligados à vida da empresa.

Assim, temos aí, a meu ver, algo bastante novo na história do movimento operário brasileiro. Por outro lado, esse aspecto é novo também, porque se trata da criação de instituições de representação dos trabalhadores que não estão subordinados à estrutura sindical oficial. São formas de representação, são instrumentos de pressão e participação dos trabalhadores que estão vinculados diretamente aos próprios trabalhadores da empresa e que, conseqüentemente, tendem a possibilitar um controle mais democrático dos trabalhadores sobre os seus próprios dirigentes no interior das grandes empresas.

Acredito – e talvez seja este um ponto para discutirmos aqui – essas comissões de fábrica, essas formas de representação dos trabalhadores – talvez um termo mais correto fosse “comitê de estabelecimento” ou “comissões de representação em estabelecimentos ou em companhias”, para abranger também aquelas situações de trabalho que não são fabris – acredito que essas comissões de fábrica podem eventualmente constituir uma base para a renovação da estrutura corporativa no Brasil.

A estrutura sindical corporativa no Brasil, essa forma de sindicalismo oficial, é uma instituição surgida de fora do movimento sindical, pois, como todos sabemos, foi imposta autoritariamente pelo Estado. Talvez por isto esteve longe da fábrica. Talvez devido a sua origem, o sindicalismo corporativo brasileiro não criou instituições que permitissem ao trabalhador interferir ou limitar a autoridade patronal e ter controle sobre certas decisões que o afetam muito diretamente. Não estou dizendo que

esse sindicalismo corporativo não tenha dado um conjunto de vantagens aos trabalhadores. Esta análise não seria correta, vez que, de fato, por uma via legal, autoritariamente, o Estado concedeu, a partir da década de 30, uma série de vantagens efetivas aos trabalhadores. Não gostaria de minimizar, pois seria uma análise incorreta, e os exemplos são desde a Lei de Férias à regulação da jornada de trabalho em 8 horas, a lei de proteção ao menor, à mulher, assim por diante. Um conjunto de vantagens foi dado à classe trabalhadora que, a meu ver, foram sentidas como tais, como vantagens que os operários adquiriram. Provavelmente esse fato explica a grande longevidade dessa estrutura sindical corporativa. Se fosse sempre algo muito prejudicial à classe trabalhadora, aos empregados, provavelmente essa legislação não teria essa longevidade que teve entre nós. O fato é que ela é algo externo: leva a reclamação, a demanda, a queixa do empregado para fora da empresa. Então, se alguém tem alguma reclamação, vai à Justiça do Trabalho. Tirou o sindicato para fora da fábrica, ao contrário de uma tendência dominante em quase toda parte do mundo, a do sindicato se implantar no interior da empresa e poder atuar numa série de áreas sociais, que são importantes para o trabalhador.

Questão que talvez valesse a pena discutir aqui, em termos da “Cidadania do Trabalhador”, é a forma de representação dos empregados no interior da fábrica e das empresas. Provavelmente o grande tema do movimento sindical para os próximos 5 ou 10 anos seja o papel dessas comissões, de suas relações com o sindicato: se deve ser subordinada ao sindicato ou deve ser uma entidade autônoma, que seja subordinada aos próprios empregados da empresa.

Paro por aqui. Talvez haja oportunidade para voltar-se à discussão deste ponto, especificamente depois que o sr. Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford, tiver oportunidade de explicitar mais completamente o funcionamento dessas comissões.

COORDENADOR (Pedro Demo) – A palavra será concedida, agora, ao professor Luís Werneck Viana, do IUPERJ, Rio de Janeiro.

LUÍS WERNECK VIANA (IUPERJ) – Parto do problema que o dr. Leôncio Martins Rodrigues nos deixou, com o qual tenho grande concordância.

Há um tema no Marshall, na construção conceitual da cidadania, sobre o qual é interessante nos determos um pouco.

Ao final de sua construção, o Marshall está tratando de um processo que conduz à incorporação da classe operária à ordem burguesa prevalecente, que foi na Inglaterra – é o modelo dele – resultado de um processo secular dos direitos civis aos direitos políticos e que culminou com o movimento “cartista”, num processo de efetiva incorporação da classe operária ao sistema da ordem prevalecente.

Pergunto se esta situação – o paradigma inglês, digamos assim – é pertinente ao nosso caso? Se o coroamento da cidadania, da conquista da cidadania pelas classes modernas vai ter a mesma repercussão?

Meu entendimento é que não, e por várias razões. Essa construção da cidadania entre nós é muito complexa, é um processo muito complicado e demanda que façamos uma incursão histórica, só para tentar matizar alguns problemas também lembrando que ainda há muito para ser estudado e ser pesquisado nesta direção.

Nas eleições presidenciais de 1984 apenas 2% da população votou. Em toda a Primeira República, o número de eleitores não ultrapassou os 3 e tanto por cento do total da população, o que é bem indicador da exclusão política. Além disso, devemos nos recordar da natureza da Carta de 1891, uma Carta de dogmática ortodoxia liberal, que impediu que se criasse uma legislação protetora do trabalho, a pretexto de que atentaria contra a liberdade contratual, essa intervenção externa do Estado sobre o mercado de trabalho.

Temos, como contexto geral da Primeira República, a idéia de que, talvez do ponto de vista político e do ponto de vista social, seja a mais inclusiva, a mais compreensiva, a mais abrangente sobre esse período, a idéia da exclusão política, a idéia da exclusão social, exclusão que não afetava apenas as classes subalternas. Dizia respeito também a segmentos importantes da sociedade brasileira de outra extração: as camadas médias, claramente. Nos anos 20 há movimentos de grande efervescência no que se refere às camadas médias brasileiras. Basta ter-se em conta o que foi a movimentação da fração jovem da *intelligentzia* militar, que criou neste País os movimentos dos mais radicais que conhecemos. Creio que bem mais radical que os movimentos que conhecemos lá pelos anos 68, 69, 70: os “18 do Forte”, a “Coluna Prestes”, o “Levante de 24” em São Paulo.

Há no contexto da Primeira República a “Rebelião dos Excluídos”, realizada pelo movimento operário, através do anárquico sindicalismo dos anos 10, a constituição do Partido Comunista em 22, a constituição do Bloco Operário e, depois, do Bloco Operário Camponês. Há a movimentação dessa fração jovem da *intelligentzia* militar, e também, em outra ponta – num processo que tem a ver com isto – um repensamento a respeito do País, da sua cultura, promovido pela “Semana de Arte Moderna”. O mundo da Primeira República é muito fecundo, muito fértil, para que entendamos hoje uma questão como esta, da cidadania e da constituição de uma ordem burguesa-democrática neste País, algo que ainda está no nosso horizonte, algo ainda não dominado, ainda não realizado.

É fato que o liberalismo não foi capaz de incluir os excluídos nem de se renovar ou de se inovar no sentido da sua democratização. A ordem da Primeira República, quando cai, cai com ela o liberalismo político, a Carta de 91, os pressupostos liberais que desde o Império vinham animando e constituindo mesmo os pressupostos políticos e ideológicos que organi-



zavam o nosso Estado-Nação ainda em processo de constituição. À grande movimentação cultural, política, sindical, operária, a resposta será dada através de outro tipo de pressuposto, outro tipo de organização das relações entre Estado e sociedade, entre política e economia, que serão todos expressos através da fórmula corporativa. Essa fórmula inclui uma fração dos excluídos. Daí a minha concordância com o dr. Leôncio Martins Rodrigues ser grande, no que se refere ao tema do sistema dos benefícios que a Consolidação das Leis do Trabalho, a Legislação Social varguista vai contemplar.

Quando finalmente aceita a participação desses novos seres, fruto da modernidade capitalista, que teve um enorme êxito no curso da Primeira República, a partir da expansão anterior da economia agroexportadora – o processo de urbanização, que intensificou o processo de diferenciação e “complexificação” da vida social, das novas profissões, da aparição de novos estratos, da própria classe operária, estes seres são incluídos sob controle. A fórmula corporativa permitiu esta difícil operação de fazer com que uma ordem burguesa ainda incipiente, ainda embrionária, tivesse condições de interpelar uma nova multidão de novos seres políticos e sociais, sem que a emergência desses novos seres atentasse em relação ao sistema da ordem burguesa ainda precária, particularmente no momento – como foi aquele – de transição para o capitalismo industrial, num processo capitaneado pelo Estado e seus aparatos de intervenção sobre a sociedade e sobre a economia.

Não há dúvida de que 1930 significa, para o trabalhador urbano, um momento fundamental sob o ponto de vista histórico, da sua elevação à cidadania, fundamentalmente no que se refere aos direitos sociais. Só que essa concessão importou um preço – a expropriação política dos trabalhadores urbanos e do sindicalismo, transformado este numa agência paraestatal, particularmente tal como dispôs a Carta de 1937. Neste sentido – e uso um neologismo, um pouco para provocar – foi como que a classe operária brasileira tivesse sido *estatizada*, se tivesse tornado também uma coisa do Estado. Sabemos que teve profundas repercussões, nos momentos subseqüentes, essa forma de articulação entre Estado e sindicalismo, Estado e movimento operário, que gerou um sindicalismo fundamentalmente de cúpula, embora tenha havido momentos, como 53, 61/64, que consistiram em efetivas reações, mas dentro de um marco ainda muito preso ao da estrutura corporativa, exercendo entre nós, não só muita eficácia como também muito encantamento.

Por exemplo, o primeiro curso que fiz foi de Direito e foi meu professor de Direito do Trabalho, o professor Joaquim Pimenta, um dos dirigentes da greve de Pernambuco, em Recife, que teve uma história anárquico-sindicalista, muito brava e que acabou como um dos homens de Vargas no Ministério do Trabalho, que criou a Legislação Social. Uma das coisas com que ele bombardeava a nossa então jovem e imatura cabeça era

que o Direito do Trabalho brasileiro era o Direito mais avançado do mundo, que as conquistas sociais aqui não tinham paralelo. Efetivamente, isso era uma ideologia, particularmente manifesta nas Faculdades de Direito, e que se reproduzia também no sistema judiciário, através dos Tribunais Trabalhistas que a Constituição de 46 incorporou ao Poder Judiciário, dando outro *status* a este Poder particular, num atentado ao liberalismo. Pontes de Miranda foi um dos primeiros a notá-los nos seus "Comentários à Constituição de 46".

Enfim, na medida em que essa Justiça do Trabalho tem poder constituinte permanente e, num sistema liberal, só pode ser fruto dessa ação constituinte do Poder Legislativo. O Judiciário trabalhista legisla constituintemente todo tempo em matéria de relações de trabalho.

Esta é uma observação de Pontes de Miranda, feita na aurora da Carta de 46. Tudo que se levou para dentro do Supremo Tribunal Federal nos anos seguintes, denunciando essa natureza corporativa antitética ao liberalismo e à Carta de 46, foi derrotado no Supremo. O Supremo sempre confirmou a natureza dessa legislação como algo perfeitamente consentâneo com as regras jurídicas liberais e com o espírito dos pressupostos da Carta de 46.

Essa legislação prevê a capacidade de criar, então, uma cidadania como que regulada pelo Estado, não livre, portanto, neste último surto do processo de modernização capitalista porque passamos nestes 20 anos, de certos processo sociais que atuaram de maneira muito poderosa no sentido de desorganizar, no campo e nas cidades, as formas tradicionais de controle. À tarde, será examinada a questão do trabalhador rural. Não quero avançar neste ponto. Apenas situo-o muito rapidamente. Há mais de uma década se observa a mudança no voto do campo, do eleitor rural, em função mesmo de que as formas tradicionais de domínio político no campo foram erodidas, desgastadas pela penetração do capitalismo. O mesmo processo se deu no que se refere aos trabalhadores urbanos, a partir das formas de industrialização que se introduziram aqui, em meados dos anos 50, e que tiveram seu pleno florescimento e suas conseqüências se tornaram mais patentes, mais evidentes, depois de 64. É evidente que o ABC é uma manifestação neste sentido. Toda essa problemática sindical, que tende a aparecer tendo como eixo de gravitação a empresa e não o sindicato, tem a ver com a modernização do sistema produtivo, a modernização industrial, este processo de transformação capitalista porque passamos.

Esse desgaste das formas tradicionais de controle das classes subalternas vem impondo a questão da cidadania livre e plena como um fato emergente na nossa sociedade. A esta altura, a greve é um bom indicador, por causa da sua expressão quantitativa, e também qualitativa. Se fizermos uma análise das greves de 1978 para 1985, vamos observar um conjunto de elementos muito interessantes: o primeiro deles são as greves por empresa. Isso foi observado por várias pessoas, por vários autores. Estou tentando

encontrar a maneira de terminar que tenha a ver com o tema da incorporação conforme Mashall, e estou chegando exatamente a este ponto. As greves por empresa são hoje largamente dominantes.

De outra parte, do ponto de vista da ordem burguesa constituída – e nota-se isto nesse processo de transição, que me parece favorável, embora o que eu vou dizer agora, inclusive, oferece perspectivas muito otimistas – nota-se que essa ordem não tem sido capaz de apresentar uma reforma e novas instituições que sejam incorporadoras e inclusive das classes subalternas, porque essa transição é fruto de uma negociação necessária com o antigo regime.

Nessa medida, a conquista de uma livre e plena cidadania, numa situação como a nossa, longe de significar uma incorporação das classes subalternas à ordem burguesa, significa – isto sim – a aparição de um novo sujeito com um projeto alternativo de ordenação do social e em competição com o sistema da ordem existente, na medida em que, inclusive, essa cidadania livre e plena que as classes subalternas agora tinham por conquistar é muito mais resultado da sua ação do que de uma ação incorporadora do sistema da ordem existente.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Concedo a palavra ao sr. Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford.

LÚCIO ANTÔNIO BELLENTANI (Ford) – Vou pegar a questão a partir de 64, quando começa a haver uma concepção diferente de como deve caminhar o movimento sindical.

Embora tenha havido lutas intensas no terreno sindical, embora tenha havido grandes mobilizações, grandes conquistas, o movimento sindical até 64 era predominantemente determinado pelos partidos políticos, e não pelo próprio movimento sindical em si, ou seja, também de outra forma até hoje, numa escala um pouco menor, devido à própria transformação, o operário neste País sempre foi usado como massa de manobra pelos partidos políticos, pelas entidades, por todos. Hoje, o trabalhador está se organizando de forma diferente, de tal forma que começa a causar um pânico geral.

Também quero salientar algumas omissões que os historiadores e muitos sindicalistas fazem em relação ao movimento pós-64. Demarca-se em demasia que o ressurgimento do movimento sindical começa a partir de 75, 78, com aqueles movimentos do ABC, como que se durante o período de 64 até 78 não tivesse havido nenhuma resistência dentro das fábricas, não tivesse havido nenhum movimento, nenhuma reorganização.

Iniciei no movimento sindical em 62, e mais ativamente a partir de 64. Nesse período eu trabalhava na Volkswagen. Era uma repressão tremenda, mas tínhamos organizações dentro da fábrica, mescladas inclusive: sindical e política. Em 66, 67, 68, aconteceram greves dentro da Volkswagen, por seções; aconteceram greves na Mercedes; aconteceram greves na Willys. É

que tudo isso era abafado, tudo isso era pensado lá embaixo, para que não surgisse essa questão à público. Lembro-me que na Volkswagen tínhamos uma organização sindical clandestina, com mais de 100 operários, que, inclusive, contribuíam mensalmente para que se pudesse fazer boletins, para que se pudesse fazer a divulgação do movimento e se pudesse organizar movimentos por aumento de salário, por uma série de outras questões internas. O mesmo ocorria na Willys e nas outras fábricas.

Em 68, tivemos um grande movimento na COBRASMA, em Osasco. Depois, em 78, na Caterpillar de São Paulo, quando surge a primeira comissão de fábrica durante o período de repressão. Também em 78 iniciase o movimento em São Bernardo do Campo. Não foi um movimento propriamente organizado pelo Sindicato, e sim surgido de dentro da própria fábrica, da organização dos próprios trabalhadores da Scania. É evidente que o Sindicato dirige o movimento, o assume e começa o desencadeamento de lutas na categoria, movimento esse que depois se estende para São Paulo, e aí por diante. Mas foi uma iniciativa de organização interna do trabalhador que começa a fazer o enfrentamento. Ai, sim, começa uma nova forma de relacionamento entre trabalhador e sindicato, com o enfrentamento aos patrões e ao regime.

De lá para cá, veio crescendo, e a questão mais recente que vemos dentro das fábricas é a conquista concreta das comissões de fábrica, conquista essa que, para mim e para o conjunto dos trabalhadores, significa exatamente a reconquista da dignidade do trabalhador dentro da fábrica. Por que representa a reconquista da dignidade? Representa a reconquista da dignidade porque é uma organização surgida do trabalho, da mobilização do próprio trabalhador no seu local de trabalho, que permite a esse trabalhador negociar condições de trabalho, salário, enfim, toda uma série de problemas, diretamente com o empregador. De certa forma, tal fato tem causado muita preocupação para muita liderança sindical, para muita liderança política, que vêm fugidas das mãos da sua direção, determinadas organizações e o comando do movimento em si. Nós, das comissões de fábrica defendemos, sim, a autonomia dessas comissões, tanto em relação ao sindicato como em relação aos partidos políticos.

É evidente que essa autonomia não significa um desligamento do sindicato, e sim que a autonomia que as comissões de fábrica reivindicam é aquela que, no trato das questões internas da fábrica, seja tratada pelos próprios trabalhadores ali envolvidos. Essas comissões de fábrica são eleitas livremente pelos próprios trabalhadores, independentemente da tendência política que tenham os trabalhadores que compõem essa representação. Ao mesmo tempo, somos também contrários à partidarização do movimento sindical, porque entendemos que o movimento sindical tem que ser dirigido pelos próprios trabalhadores, e não pelos partidos políticos. O partido político tem que definir a sua linha sindical a partir do movimento dos

trabalhadores, e não querer impor uma linha sindical, uma forma de luta, uma forma de organização de cima para baixo.

Tal situação tem causado problemas, até sérios. Vejamos essa questão específica em São Paulo. Por exemplo, eu trabalho na Ford-Ipiranga e tem sido um problema bastante sério o nosso relacionamento com o Sindicato de São Paulo, que não aceita a autonomia dessa comissão em relação à sua direção, embora nós, enquanto trabalhadores, reconheçamos que o Sindicato é a instituição maior que o trabalhador tem, em termos de categoria. No entanto, no trato da questão interna, o sindicato tem que exercer o papel de assessoria a essas comissões.

Outra questão que acontece com a conquista das comissões de fábrica é também uma modificação nos sistemas de reivindicação e de negociação com o patrão; temos que fazer uma inversão no movimento sindical, tirá-lo desse eixo economicista, que sempre foi somente a questão econômica, a reivindicação econômica e, em segundo plano, ficava a reivindicação social. Entendemos que a grande conquista para o trabalhador é a garantia das questões sociais. A partir daí é que se vai ter a garantia concreta da questão econômica.

É evidente que o que mobiliza, o que é mais fácil se fazer, no movimento sindical, é a reivindicação economicista. A questão econômica é aquela que mobiliza. A reivindicação social é aquela que dá o trabalho ao passar a questão política para o trabalhador, o que significa, concretamente, começar-se a dar consciência ao trabalhador de que o relacionamento dele com o Estado e com o patrão é uma luta de classes, e, enquanto luta de classe, ela tem que ser dirigida, porque vivemos num regime capitalista, num País capitalista e somos explorados por empresas capitalistas. É necessário que se dê consciência ao trabalhador do que é a luta política.

Costumo dizer que hoje, no Brasil, o movimento sindical do ABC é o expoente maior, é o que reflete a maior combatividade, o que reflete o maior nível de organização, etc. Infelizmente não é um movimento que reflete consciência de classe. O trabalhador do ABC, hoje, tem consciência de luta, mas ainda falta ser dada consciência de classe – não só aos companheiros do ABC como a todos os trabalhadores a nível nacional.

A comissão de fábrica representa, no meu entender, o marco inicial dessa briga, o marco inicial dessa luta. Por quê? Porque, por mais combativa, por mais ativa, por mais dinâmica que possa ser uma direção sindical, ela não tem condições de viver aqueles problemas do dia-a-dia, do minuto-a-minuto, da hora-a-hora, que o trabalhador sofre no pé da máquina, que o trabalhador sofre dentro da empresa. A comissão de fábrica tem essa condição, pois está acompanhando o trabalhador minuto-a-minuto, está discutindo com o trabalhador essas questões. Assim, não num futuro bem próximo, mas nos próximos 5, 6 anos, a tendência é de as comissões de fábrica começarem a ser realmente as direções sindicais deste

Pais. Já sentimos essa questão em muitos locais, o que é muito salutar. Na semana passada, por exemplo, fizemos uma reunião das quatro comissões de fábrica da Ford do Brasil, quando sentimos companheiros de São Bernardo, companheiros de Osasco, fazendo uma defesa bastante firme da autonomia das comissões de fábrica em relação aos seus sindicatos. Isso começa a ganhar corpo dentro do movimento sindical.

Outra questão também bastante importante – e podemos dizer que essa bandeira nasceu em São Paulo, no seio da oposição, da comissão de fábrica da Ford – Ipiranga – é que as comissões de fábrica devem permanecer fora da estrutura sindical, seja qual for essa estrutura sindical.

O grande debate hoje, no movimento sindical, é uma nova estrutura que viria com a aprovação da Convenção 87. Defendemos que as comissões de fábrica não podem estar dentro da estrutura sindical, e isso não está em contraposição com uma nova estrutura que venha a definir uma representação sindical dentro da fábrica, e se tenham dois ou três sindicatos numa mesma base. Como funcionaria a comissão de fábrica, como seria compatível esse funcionamento, tendo-se outras representações sindicais dentro da fábrica?

Partimos do seguinte princípio: hoje, temos três centrais sindicais se esboçando – uma se firmando mais do que as outras, no caso a CUT. Partindo desse princípio de que se tendo três centrais sindicais, haveria invariavelmente três sindicatos ou três tendências sindicais dentro da fábrica. A eleição ou a escolha dessas representações sindicais é feita pelos membros associados a esses sindicatos ou a essas centrais sindicais. Sabemos perfeitamente bem que nem todos, não é a totalidade dos trabalhadores que é sindicalizada ou que se filia a essa ou àquela central sindical. Como ficariam os trabalhadores não sindicalizados? Não teriam direito à representação alguma dentro da fábrica? Então, a comissão de fábricas vem exatamente para garantir esse direito de representação, porque essa comissão é eleita e os elementos a serem eleitos são o conjunto de todos os trabalhadores dentro da fábrica, sindicalizados ou não, o que não impede de se ter uma ou mais representações sindicais dentro da fábrica, desde que, escolhidos e eleitos pelos trabalhadores, eles façam parte dessa comissão de fábricas. É o que garantiria a unidade dessa base, independentemente das várias facções políticas ou sindicais que possam compor esse conjunto de trabalhadores.

Esta questão também começa a ganhar corpo dentro do movimento sindical, começa a ganhar maiores defesas neste sentido.

Para encerrar, porque o tempo já está se esgotando, exemplo vivo dessas mudanças que estão acontecendo a partir do ambiente de trabalho, e não a partir das cúpulas sindicais: hoje é dentro do grupo Ford aqui, no Brasil, que há as organizações de comissões de fábrica mais efetivas, melhor estruturadas e mais bem organizadas. Desde o ano atrasado, vimos reunindo essas comissões de fábrica e discutindo o encaminhamento de

uma política única de todo o grupo Ford, para as negociações e para o enfrentamento com a própria tática política da Ford. Neste sentido, a Europa está mais avançada, porque já fez três encontros europeus das comissões de fábrica. No início deste ano, tivemos a oportunidade de participar, a nível mundial, de um encontro das comissões de fábrica da Ford. Agora estamos preparando um encontro, que deverá realizar-se de 15 a 17 de janeiro, em São Paulo, um encontro das comissões de fábrica da Ford da América Latina, cujos temas de debates serão: a automação na indústria automobilística, a questão do trabalho participativo – os CCQs (Comitês de Controle de Qualidade), a relação das comissões com os sindicatos e a relação das comissões com a empresa. Desse conjunto pretendemos tirar uma linha comum de algumas questões, para um enfrentamento a nível latino-americano, em relação à Ford. Entendemos que somos várias unidades, mas o patrão é o mesmo, a política de exploração é a mesma. Então, enquanto trabalhadores, temos também que nos organizar neste sentido. Deixo claro: todas as centrais sindicais e os sindicatos estão nos apoiando, bem como a CONCLAT. Foi uma luta, uma briga muito grande para que tivéssemos esse apoio da CONCLAT, pois ela oferece resistências no apoio a esse tipo de atividades. A FITIN – Federação Internacional do Trabalho, também está apoiando, pois, apoiasse ou não, o congresso aconteceria. No entanto, a FITIN está contra a realização desse tipo de encontro. Por quê? Porque foge exatamente àquela questão que coloquei de início: foge do controle das cúpulas, tanto sindicais quanto políticas, e fica sob o controle dos trabalhadores.

É mais ou menos o que tinha a expor. Depois poderemos abordar mais alguma coisa.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Vamos passar a palavra ao sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, secretário-geral do PT-São Paulo.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA (PT/SP) – Vou aproveitar para entrar um pouco na polêmica e no debate, porque já falaram três e é preciso começar a apontar algumas questões.

Interessa-me e alegra-me, inclusive, a conclusão do professor Luís Werneck, que vai de encontro ou em contradição a algumas questões que o sr. Lúcio Antônio Bellentani levantou.

Temos uma situação histórica, político-social, no Brasil, com relação aos trabalhadores, ímpar: realizar ao mesmo tempo a cidadania social e política. É disso que se trata: realizar ao mesmo tempo a representação sindical dos trabalhadores e a representação política. Esta é uma tarefa, é um objetivo político e um desafio que pode ser visto por alguns como uma utopia, dado o grau de desinformação, de marginalização e de violência institucionalizada sobre o trabalhador no Brasil hoje, seja o trabalhador urbano, seja o trabalhador rural, dado principalmente à política pensada,

planejada, eu diria, de *enquadramento*, mais do que uma política para regular a organização e a representação social e política do trabalhador.

Numa fase de transição política de Assembléia Nacional Constituinte, nos termos em que está colocada pela Aliança Democrática, de transição conservadora, esta questão ganha importância. E o que me chama a atenção é que exatamente aqueles setores dos trabalhadores que tiveram acesso à cultura, tiveram acesso à informação, que romperam a dominação político-cultural da burguesia, resistem, de maneira espantosa, à política, ao Estado, se removem numa visão antiparlamentarista ou anti-institucional, e pressupõem que é possível organizar sem autonomia, seja no bairro ou seja na fábrica. Assim, reforçam a ideologia liberal, reforçam a dominação burguesa ao fazê-lo, porque dão asas e, mais do que asas, dão concretude à teoria da separação do político do social. O trabalhador deve reivindicar, o trabalhador deve criar *lobbies* – aliás, como a burguesia o faz –, mas o trabalhador não deve fazer o seu projeto social e político, não deve enfrentar a questão do Estado. Só o trabalhador no Brasil pode enfrentar a questão das classes e a questão do Estado e da cidadania plena, porque é preciso enfrentar a questão das classes e a questão do capitalismo e do socialismo.

Se os setores que podem ser depositários das lutas e das experiências dos trabalhadores brasileiros e podem resgatar toda a luta do povo brasileiro desde a independência do Brasil, não forem capazes de superar essa contradição, o direito de cidadania será um direito menor, um direito regulado, enquadrado pela burguesia; ou, então, será o direito inscrito na Carta Constitucional, sem correspondência social e econômica. Constatamos o erro que muitas vezes se expande, de que não tem importância escrever em lei as conquistas sociais e econômicas; gravíssimo erro em que incorrem partidos que se reivindicam de trabalhadores, organizações e dirigentes sindicais.

Como poderíamos enfrentar esse desafio num País como o Brasil, nas condições que estamos vivendo? Sejamos otimistas ou pessimistas: do ponto de vista da transição de quem a dirige, da Aliança Democrática, vejo a questão com o mais absoluto ceticismo e pessimismo. Considero que os partidos políticos e as frações e setores da burguesia, ou da burocracia estatal, ou da inteligência brasileira, que trabalham no projeto de transição que estamos vivendo, negociaram o político sabendo que havia uma dissociação do político do social. Sei que se defende que era a única via para se fazer a transição da ditadura militar para uma democracia burguesa. Não considero isso um fato. Considero que havia – exatamente porque estamos tratando de política, do social – uma margem de risco, mas – digo e repito sempre – que o Governo Figueiredo ia cair nas ruas e, antes de cair nas ruas, ia se afastar do cenário, porque já era um governo de *bunker*, sem que isso significasse uma quebra na ordem institucional. em termos de uma quebra da tutela militar sobre o País. Criaria condições para que uma questão



fundamental da democracia, a tutela militar hoje no Brasil, fosse enfrentada a partir de outra correlação de forças.

Do ponto de vista dos trabalhadores, apesar dos 17 milhões de menores abandonados nas cidades e dos 70 milhões de brasileiros que vivem na exclusão social e econômica, ou na fronteira da marginalidade, da sociedade de consumo, acredito que é possível desenvolver formas em um projeto político alternativo, socialista, que enfrente a questão do Estado, enfrente a questão da democracia socialista. Há exemplos disso: as comissões de fábrica – depois vamos entrar na polêmica, mas sem entrar no mérito da avaliação que cada um de nós faz sobre a comissão de fábrica – são um exemplo disso, bem como os conselhos populares que surgem. Em São Paulo, por exemplo, na Zona Leste, existem conselhos de saúde que controlam e fiscalizam o serviço público de saúde, que exercem direitos sobre a destinação orçamentária, a nomeação de funcionários, dirigentes e diretores, e participam do planejamento. Aqui vemos novamente, uma “modernidade”: a tentativa de introduzir no País uma das vertentes da dominação burguesa. É a participação na execução, que, na verdade, visa um rebaixamento dos custos da execução das obras sociais que o Estado tem como dever realizar, sem nenhuma participação no planejamento, o que nos transforma em objeto de pura demagogia eleitoral e clientelista. O controle e a fiscalização da administração pública e a democratização do Estado têm que ser colocadas no centro de preocupação dos trabalhadores, o que significa os trabalhadores desenvolverem um projeto socialista, significa os trabalhadores repensarem o Estado e repensarem a fundação do novo Estado.

Vamos apenas passar a vista nos serviços públicos no Brasil, hoje. Em São Paulo – em todo o Brasil e em São Paulo de maneira mais acentuada – os hospitais privados que simplesmente foram criados com repasse de recursos públicos a juros subsidiados para um setor da classe média, que se transformou em proprietária de hospital, ousam boicotar o atendimento do INAMPS, sem que nenhum governante decreta uma intervenção sobre um hospital. O serviço público no Brasil está privatizado. Fala-se na desestatização; “gargantas negras e profundas” levantam de novo o primado do mercado sobre o social, sobre o político, sobre o Estado; “múmias”, tipo Roberto Campos, retornam a essa música fúnebre que já ouvimos no Brasil várias vezes, e sabemos aonde ela leva. O que o capitalismo brasileiro realizou em termos de igualdade social independentemente de que sejamos hoje o 8º País em termos industriais do mundo, de termos uma base tecnológica, termos uma agricultura modernizada no Sul do País, uma mão-de-obra altamente qualificada, uma classe dirigente burguesa com um projeto? Sabemos as conseqüências sociais e históricas que tem para o Brasil esse discurso. Quando retomam esse discurso, devemos nos perguntar: qual a resposta que vamos dar a esse discurso?

Os trabalhadores são capazes de desenvolver um projeto político. Não acredito que sem um partido político, ou, mais claramente e mais corretamente, sem partidos políticos que os trabalhadores construam, que desenvolvam um projeto para o conjunto da sociedade brasileira, não será possível enfrentar estas questões: representação, sistema eleitoral, controle da administração pública e dos serviços públicos. As comissões de fábrica, os sindicatos podem dar-nos um patamar para o controle da produção numa sociedade socialista se superarmos o obreirismo e essa dissociação entre o social e o político-institucional.

Seremos capazes de repensar o Estado e enfrentar a questão já que o Estado hoje é mais complexo do que a simples dominação de uma classe sobre a outra, principalmente num país que foi industrializado via Estado, que quando era necessário, viabilizou a concentração da renda e criou a infra-estrutura de todo o desenvolvimento econômico do País? Fazer de conta que não existe esta questão, fazer de conta que não temos que enfrentar, na construção da cidadania, a questão do poder, de como ele é exercido, de como ele é escolhido, e não só da representação política, principalmente de como administrar o aparelho do Estado?

Por isso digo que as experiências de controle e fiscalização podem parecer experiências localistas e autonomistas, mas não são. Não enfrentam a questão do Estado e da administração pública, porque vão ao Legislativo, vão ao Executivo e têm e devem deixar de ir como instrumento de pressão e de reivindicação. Devem começar como instrumento de repensar esse Legislativo e esse Executivo, repensar a representação política, a forma de organização e o regime político.

Isso é evidente, dado o nível de repressão que ainda existe no País, dada a força do poder econômico e dos meios de comunicação, principalmente essa escandalosa omissão de quem exerce o poder. Em São Paulo, esta semana, temos uma greve de médicos que querem salários para trabalhar e equipamento e material nos hospitais. Temos 500 famílias sendo desalojadas pela Polícia Militar, porque ocuparam um conjunto habitacional abandonado há anos. Isso se dá como se fosse uma questão do domínio do privado. O governo, o Estado, que é parte, que é sujeito da questão, passa ao largo do problema e diz que o problema é da Justiça, que não há recursos orçamentários. Essa insensibilidade, essa incapacidade e esse refazer da retórica – “não temos recursos”, “é um problema da lei”, “precisamos obedecer a lei, a justiça, etc.”, apontam para uma grave crise político-institucional no País.

Não se é capaz de entender esse imobilismo. Conversávamos ontem com o dr. Leôncio Martins Rodrigues: não é verdade que o eleitorado ou parte do eleitorado, votou à esquerda, num projeto socialista, em 15 de novembro. O eleitorado votou contra o governo, o eleitorado votou pelas mudanças que lhe haviam sido ofertadas em praça pública, para que aceitasse a ida ao Colégio Eleitoral e a negociação com o PDS e com as

Forças Armadas. O Colégio Eleitoral não existiu. Aquilo foi um ato simbólico, um ato público. A decisão foi tomada ao alto comando das Forças Armadas e na cúpula do grande empresariado brasileiro e internacional e na cúpula dos Partidos, seja PMDB, PFL ou PDS.

Devemos lutar, palmo a palmo, por cada direito econômico, social e político da cidadania. Não significa deixar isto, seja agora nesse Congresso Constituinte, com essas regras, com essas limitações. Se não começarmos a desenvolver um projeto próprio dos trabalhadores – e a questão partidária é fundamental, e a questão sindical é indispensável – se os trabalhadores não avançaram para cumprir essas duas tarefas que deveriam ter sido cumpridas, talvez em fases diferentes ou em situações objetivas que não fossem esta que estamos vivendo. Este é o desafio que existe: como construir ao mesmo tempo, uma representação sindical autônoma e independente do Estado, que conquiste já direitos e reivindicações do século XIX.

É verdade que o Estado Novo e que o Direito Trabalhista da CLT atenderam a reivindicações das décadas de 10, de 20 sobre 8 horas de trabalho, sobre a remuneração dos fins de semana, sobre as férias coletivas, sobre o trabalho do menor e da mulher. No entanto, temos que convir que não estamos no século XIX. Talvez isto exista para 30% dos trabalhadores brasileiros. As greves são reprimidas. O direito de greve não está inscrito em lei, temos uma legislação que não consegue absorver uma declaração da OIT, de há 30 ou 40 anos, sobre autonomia e liberdade sindical. Esta Constituinte tem que repensar o sistema brasileiro de representação e o sistema partidário. Os partidos políticos foram também estatizados no Brasil e não só os sindicatos. Temos que apressar a reforma da Justiça Eleitoral. O que tem a ver Justiça Eleitoral com os partidos políticos? Nada, absolutamente nada. Os partidos políticos são entidades sociais que se regulam por leis gerais e se auto-regulam, pelos seus congressos, internamente, como lhes apraz, cada partido em cada congresso. No Brasil não. Está tudo regulamentado: até para as atas existem modelos.

Sem romper essas amarras, sem revogar a Lei de Segurança Nacional que temos e todos os institutos do Ato Institucional nº 5 que estão na Constituição, sem os trabalhadores se reconhecerem a si mesmos como sujeitos da História no Brasil e capazes de elaborar um projeto alternativo, vamos viver novamente sob um chavão – a fachada dos direitos políticos, sociais e econômicos e, por trás disso, a violência institucionalizada e esse direito menor de reivindicar e de pressionar.

**COORDENADOR (Pedro Demo) – Muito obrigado ao secretário-geral do PT de São Paulo.**

**Vamos passar a palavra ao último expositor de hoje, José Geraldo de Souza Júnior, chefe da Assessoria Jurídica da UnB.**

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR (UnB) – Dou-me conta de que estou nesta Mesa compondo, na condição de prata da Casa, um debate**

que vale pelas virtualidades que já foram servidas. Isto é, não é só a dificuldade de se colocar aqui como aperitivo, depois dessa refeição substanciosa. É até de retomar os temas, porque, ainda que se pudesse haver um fio condutor diverso, as questões estão postas. De fato, o debate está pronto. Só me resta alcançar um viés que pudesse, de qualquer maneira, até dignificar um pouco essa condição de chefe da Assessoria Jurídica e me igualar, numa discussão, como um trabalhador de universidade que está pensando essas questões da sua própria cidadania. Também não quero fazer o papel do relator-geral, que aproveita tudo o que foi dito para organizar os anais.

De fato, é inevitável que eu retome algo, sobretudo, no sentido de perceber que se fixou aqui uma noção de cidadania um pouco articulada à questão do direito. mas que, de certa maneira, resgata ou recupera o seu sentido histórico libertário e revolucionário, com a finalidade de definição de espaços civis de grupos emergentes de classes na sociedade. Tem sido assim sempre, ainda que, no jogo de poder que as contradições sociais, colocam, haja momentos conjunturais de regulação dessa cidadania como consequência do próprio jogo de poder.

O dr. Luís Werneck Viana utilizou a expressão “cidadania regulada”, uma expressão que é cara também ao dr. Wanderley Guilherme, e que, de maneira pontual, explica o problema da incorporação da cidadania, quando se dá uma definição de articulação de poder na sociedade, numa perspectiva, por exemplo, de ordem burguesa dominante. Essa ordem burguesa dominante veio no bojo de uma expansão social libertária. O burguês é o grupo emergente numa quadra histórica que postulou direitos, postulou um projeto político de organização social expresso na fundamentação jurídica, em que o direito era, de fato, substitutivo do privilégio. Por conseguinte, o conteúdo emergente dessa classe era um conteúdo libertário, o que vai caracterizar todo o movimento de emancipação social.

Quando hoje encontramos o proletário definindo a sua representação de justiça expressa, por exemplo, numa reivindicação básica de direito, no sentido de “a cada um segundo suas necessidades, a cada um segundo seu trabalho”, é o resgate dessa busca de cidadania plena que os primitivos escravos já colocavam. Mangabeira o notou, quando critica a fórmula de justiça enunciada no princípio romano da sociedade de escravos, do direito se “dar a cada um o que é seu”, dizendo que essa fórmula expressa na sociedade que criou a profunda desigualdade, ou seja, o de cada um numa sociedade de escravos é a escrevidão ao escravo. Aí ele recupera do próprio povo romano este mesmo enunciado, e vai mostrar que entre os cristãos primitivos, os cristãos escravos, o mesmo princípio já estava enunciado. De fato, se consultarmos as Epístolas, veremos Paulo dizer aos Tessalonicenses exatamente o mesmo: “a cada um segundo suas necessidades”; “de cada um segundo seu trabalho”.

Está fixada aqui esta noção de cidadania, no sentido único em que ela pode ser percebida, isto é, a sua realização plena como cidadania política, como cidadania econômica, como representação universal do homem emancipado, compreendida em cada caso como a definição desses espaços políticos, dessa autonomia política no espaço civil. É exatamente a compreensão, no âmbito da sociedade civil, do que é a autonomia de cada sujeito histórico que o processo faz emergir.

Preso a esta convicção, desviarei um pouco para este viés, até para me colocar no papel de fecho de debates, de fecho de exposição, para compreender que a definição da cidadania neste sentido pleno representa uma ação concreta dos movimentos sociais na história que vão definindo suas formas de expressão, encontrando a sua identidade e realizando a sua maneira peculiar de organização.

Se é verdade que isso há de chegar, necessariamente, a uma conjuntura como a nossa, a uma forma partidária, sem a qual não se concebe toda sociedade, sem a qual não se define um projeto político, não se define um projeto de poder, é evidente que isso passa por uma série de momentos em que a concepção mais evidente da expressão da cidadania é a reivindicação permanente de direito contra todos: o direito contra a lei, o direito contra a ordem, o direito como equivalente de uma representação de justiça, de uma expressão de projeto que se contradiga à lei como ordem, como imposição e como autodefinição de um projeto dominante.

A cidadania regulada do burguês é a dogmatização do seu projeto libertário. Fizemos a nova ordem e agora ela se instaura e limita a própria cidadania no nosso modelo. O escravo que perpassou a história e se emancipou como proletário, que buscou o seu caminho de emancipação como proletário, rompeu essa ordem e reivindicou o direito, para poder superar as suas limitações e caracterizar o seu próprio projeto.

Aproveitando esses momentos da experiência, recorro, por exemplo, aquelas que vivi como advogado, membro de Comissão de Direitos Humanos e até hoje membro de Comissão de Justiça e Paz. Defrontava-me permanentemente com essa constatação do exercício da cidadania como uma busca de espaço na sociedade, nesse encontro de aliados, definindo-se como identidade própria, na medida em que encontravam a definição do seu direito. A procura era para se criar o novo, o inédito, o que emergia das lutas sociais. Então, era a procura do direito à organização, do direito à moradia, de conceitos que não existem no horizonte, porque, como disse o sr. José Dirceu, estamos ainda presos – e também se frisou este ponto – a uma concepção que se aprisionou à velha. Por exemplo, se pensarmos a cidadania hoje, em geral somos tendentes – não é o caso aqui, que separou bem o nível da cidadania regulada da cidadania plena – a pensar a cidadania na concepção tradicional do homem e do cidadão, aquela que realizou a igualdade, isto é, que homogeneizou a sociedade. Portanto, sob a forma de uma ordem, fez desaparecer as contradições e as diferenças e, assim,

colocou os excluídos, seja o índio, seja o negro, seja a mulher, seja o trabalhador – o que não constitui uma conotação apenas da ordem burguesa, mas algo de conotação do movimento de articulação de poder na sociedade.

Não creio que a questão se restrinja apenas à ordem burguesa. Na medida em que pegando a figura do Estado, vemo-lo como aquele que melhor organizou o mecanismo da tutela, isto é, da justaposição dessa organização de poder, podemos dar conta de que os limites à plena expansão da cidadania se dão, em qualquer sociedade, em função daquilo que articula as relações de poder. Por exemplo, se pensarmos a sociedade hoje, e não nos limitando apenas ao sistema capitalista, e aí com agravamento, podemos perceber que existe um paradigma básico para toda a sociedade: o desenvolvimento. É este paradigma gera uma expectativa de progresso que se reflete em toda a forma de organização da sociedade e do Estado, gerando estruturas – inclusive partidárias – opressivas, que justapõem, que ajustam qualquer cidadão a esse paradigma. Gera burocracias alienadas, burocracias irresponsáveis, que subordinam as possibilidades de autonomização das lutas sociais a esse paradigma. Utiliza a lei como racionalidade desse Estado, que é próprio para desenvolver o paradigma, para o enquadramento a que aqui se fez referência, e regula a cidadania nos limites da sua própria reprodução, como válvula de escape das próprias contradições.

Os trabalhadores, de modo geral, em qualquer sociedade, e não apenas nas sociedades capitalistas, têm-se dado conta, na prática de suas lutas, dessa contradição. Assistimos, por exemplo, a esse confronto permanente, a esse conflito relevante: o antagonismo entre legalidade e legitimidade, isto é, colocando-se a tensão que existe entre a expectativa de uma cidadania que se expande plenamente com aquela que é regulada. Por outro lado, a cada momento colocando também a alternativa de que este é um projeto inevitável. Contrariando a máxima do almirantado inglês, o trabalhador leva a vantagem de que já ganhou a última batalha. A Inglaterra não poderia perder a última batalha, embora pudesse perder todas as outras. O trabalhador já ganhou a última batalha. O trabalhador sofre algumas derrotas, mas este seu projeto se orienta e se define no sentido dessa expansão plena da cidadania.

É claro que há conotações a nível político, de se saber – e a questão é freqüentemente retomada – se o início do processo é a tomada do poder ou se é a democracia. De qualquer forma, o horizonte está definido, e é com essa perspectiva que pensarei um pouco o problema da Constituinte hoje, como ela se apresenta, e como tomamos essas experiências que aqui estão sendo discutidas e analisadas, na perspectiva de que essas formas de organização e de representação da cidadania podem ter espaço hoje, no momento constituinte, se admitimos que o momento constituinte é uma medição política necessária para nossa conjuntura.

Estamos numa conjuntura de crise, uma crise que não é apenas política, porque é uma crise de paradigma. Pela primeira vez capitalismo e socialismo estão em crise; a crise do seu paradigma de progresso. Portanto, pela primeira vez se coloca a possibilidade de se pensar o novo. Os projetos emergentes estão em condições de aflorarem, porque é possível pensar o novo.

Falou-se que precisamos de uma utopia. Temos consciência de que a utopia é algo constitutivo de todo o pensamento de transformação social. Extraem-se os novos paradigmas de uma realidade que já não nos oferece resposta, tanto quanto a democracia liberal não tem resposta para as nossas expectativas do momento. A Constituinte, que é uma definição liberal, não é propriamente uma resposta a esse tipo de situação, se está claro que a autonomia de projetos emergentes da sociedade não se dá a nível das leis e sim a nível de suas lutas e do processo político mesmo em que ela se dá, em que ela se instaura. É uma questão de luta de classes, como se disse, ou questão de conflitos relevantes, se abstrairmos essa idéia de luta de classes, onde possa ser abstraída.

A resposta não é uma Constituição ou uma nova lei escrita, ainda que não seja supérflua a necessidade de uma lei como representação.

Não é o nível retórico de qualquer lei que vai corresponder à realidade das lutas sociais concretas, dos projetos que estão sendo definidos. Não basta colocar na Constituição, como está lá, que o salário-mínimo é a contrapartida necessária à subsistência do trabalhador e toda a sua família. Isto é uma fantasia.

É possível, numa conjuntura de crise, como a em que vivemos, que, por isso mesmo, define uma transição, supor que essa transição está definida no seu nascimento, como foi dito, da ditadura para a democracia do século XIX, porém não está controlada inteiramente pela rearticulação de poder daqueles que pretendem encaminhá-la.

E se há um projeto emergente, se há lutas reais, se se compreende a existência de conflitos relevantes na sociedade, as suas contradições, se se compreende o processo da luta de classes, se a sociedade se organiza através de seus setores, e os trabalhadores já expressam uma experiência de organização que chega ao nível de partido – estão aqui representantes dessas lutas, as comissões de fábricas, os partidos de trabalhadores – é evidente que não há possibilidade de controle do próprio processo constituinte. Assim, uma articulação adequada dos representantes dos movimentos sociais, dos setores populares, pode abrir um espaço real de intervenção, mesmo num processo constituinte, ainda que ele seja apenas esclarecedor do estágio e da definição do tipo de cidadania que está sendo plasmada naquele instante. Por exemplo, menos do que pleitear a existência de direitos retóricos, como este a que acabei de me referir, do salário-mínimo, é possível que os trabalhadores possam interferir no trabalho, no processo constituinte, que não se esgota na elaboração de uma

Constituição, mas é algo permanente na sociedade, porque é a luta que define a correção legalidade-legitimidade; é possível que se possa aí traduzir essas formas novas, esses direitos inéditos eficientes, ou seja, que asseguram a direção do movimento menos do que a conquista de certas franquias.

Para mim, neste momento, nesta perspectiva que compreende essa crise de Estado de que se falou, que ela alcançou o limite de sua possibilidade de expansão como sociedade civil, sendo o Estado do Bem-Estar ou o Estado-Proprietário, é que agora ele é obrigado a devolver à sociedade civil como participação controlada, para atender aos custos, às demandas de custos menores, o Estado é obrigado a chamar o trabalhador à participação, ainda que, sob esse aspecto, controlado. Neste momento abre-se a alternativa de que o trabalhador, podendo participar, negocie, num aspecto democrático, a definição desses novos direitos, como por exemplo, o do reconhecimento dessas formas de organização. isto é mais importante de que assegurar um salário-mínimo, que nunca é concretizado, a não ser nas lutas, é o reconhecimento dessas formas de organização, o reconhecimento do estágio do trabalhador como sujeito histórico na sociedade, o reconhecimento de que o trabalhador pode institucionalizar suas formas de organização, porque ele compreende a direção da transição que se opera na sociedade. Portanto, ele deve participar dos debates do plano, das prioridades e ter essas formas definidas pela sua experiência traduzidas por seus próprios meios, pela articulação que ele estabeleça do conjunto dos sujeitos que atuam na sociedade civil e que participam do processo constituinte, e se traduzam, portanto, como formas de representação, mesmo numa eventual Carta Constitucional. Por exemplo, o reconhecimento das comissões de fábrica, o reconhecimento da sua possibilidade de participação política e os instrumentos pelos quais isto se torna eficiente.

Nem chega a ser novidade no geral. A própria Constituição portuguesa já chegou a este nível. Ali vemos não apenas a institucionalização das comissões de trabalhadores na fábrica, como das organizações populares de base, a nível da moradia, da vizinhança, que é um espaço também onde o trabalhador desenvolve a sua cidadania. Esses instrumentos também tem *status* constitucional; pelo menos se tornam o horizonte visível do trabalhador, concretizável nas suas lutas. É-nos muito difícil hoje, sem que esta noção esteja colocada no nosso horizonte intelectual, lutar por um conselho popular. Evidentemente é muito mais fácil para um cidadão socialista lutar por ele, porque a sua história já tornou isto concretizável. Está lá na sua constituição. É questão de organizar suas forças. Pelo menos visualiza esta noção, para um estágio mais avançado de sua luta.

Concluindo, tenho consciência de que o processo constituinte ou a Constituição que decorra desse processo não é a garantia da efetivação de nenhum direito, mas é a possibilidade de se debater e de fazer aflorar tal projeto.



Fiquei muito feliz com sua menção ao problema da autonomia de um projeto alternativo. Até já escrevi isto em um livro de Direito, dizendo da possibilidade, a partir de uma noção de pluralidade de ordens jurídicas, da instalação de uma dualidade de poder que concretize formas de organização e um Direito próprio para a instauração de um poder popular.

As condições estão postas. Como disse, as virtualidades foram servidas e o aperitivo deveria apenas cumprir o seu papel aqui.

**COORDENADOR (Pedro Demo)** – Está encerrada a parte de debates. Iniciaremos em seguida com as perguntas elaboradas pelos participantes.

**JOÃO GABRIEL TEIXEIRA (UnB)** – Aproveito para fazer a primeira questão. Infelizmente, como organizador do evento, tive que ficar entrando e saindo do plenário, e não sei se esta questão que vou colocar foi discutida de forma explícita. Enfim, é uma pergunta que muito me preocupa e gostaria que a mesma fosse respondida particularmente por duas pessoas que estão compondo a Mesa: o professor Leôncio Martins Rodrigues e José Dirceu.

A questão é sobre o tema do atrelamento, ou seja, atrelamento da estrutura sindical ao Estado no Brasil. Gostaria que essas duas pessoas particularmente – e os outros, se desejarem – falassem algo sobre a relação dos sindicatos com o Estado e dessa relação com a questão da realização da cidadania do trabalhador urbano, principalmente do trabalhador sindicalizado.

**LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES** – Talvez o professor Werneck tenha suas opiniões a respeito, não sei se convergentes com as minhas, uma vez que já divergimos outras vezes: o mais jovem, mais radical; o mais velho, mais moderado. Com a idade tudo muda.

Com relação à pergunta do Gabriel, realmente é bastante boa e remete a certas questões que, a meu ver, foram deixadas de lado, a peculiaridade do caso brasileiro – talvez não seja só do Brasil, direi também de outros países de industrialização tardia, digamos assim – a cidadania social foi outorgada, por uma via autoritária, de cima para baixo. Realmente a legislação social, a legislação trabalhista, enfim, toda a política trabalhista varguista, efetivamente ampliou, para uma parcela da classe trabalhadora, os direitos de cidadania. Deste ponto de vista, representou concessões importantes para a classe trabalhadora. O aspecto paradoxal, no meu entender, ao mesmo tempo em que se ampliava a cidadania social, se limitava a cidadania política, durante o Estado Novo e, depois, se limitava – talvez seja um absurdo o termo – a cidadania sindical, porque os sindicatos perderam a sua autonomia. O aspecto peculiar, singular, foi a conjugação da outorga de uma cidadania social, em um conjunto de benefícios, ao

mesmo tempo em que se retirava, se limitava o direito de reivindicação dos trabalhadores, portanto, afetava o que poderíamos chamar, talvez, de modo um pouco esdrúxulo, a sua cidadania sindical. Hoje vivemos um momento muito específico que pode possibilitar uma modificação nesse padrão de relações de trabalho, nesse modelo que conseguiu consolidar-se no Brasil. Esse momento específico é ocasionado pela ação de diferentes fatores: de um lado, o aspecto político e a perspectiva de uma nova Constituição, que pode mexer na questão, que pode eventualmente mexer na estrutura sindical brasileira; de outro lado, o reaparecimento das pressões trabalhistas, especificamente certas mudanças no sistema de relações de trabalho.

Nestes últimos anos, houve notável aumento das negociações por empresa, as pautas de negociações entre os trabalhadores e as associações patronais ou as empresas aumentaram enormemente. Discute-se, hoje, uma gama muito variada de problemas, o que não acontecia no passado, quando, de fato, se discutia pouca coisa.

Adianto, de modo mais sintético, que avançamos muito no sentido das negociações coletivas, dos acordos de trabalho. Na medida em que avançamos nesta direção, houve uma diminuição do espaço reservado à Justiça do Trabalho, houve uma diminuição do espaço legal, em favor de um espaço contratual, se assim se pode dizer, e temos, conseqüentemente, um elemento novo. O segundo elemento novo relacionado à questão é o reaparecimento de uma pressão sindical, que parte dos próprios trabalhadores e que busca fundar-se na própria capacidade de organização dos trabalhadores, e não se apoiando no Estado ou em certos aliados da classe trabalhadora. A expressão máxima, mas ainda limitada, dessa tendência é o surgimento das comissões de fábrica. Em terceiro lugar, talvez de maneira um pouco acidental, temos a questão, a discussão, o debate colocado com a Convenção 87, da OIT, com a sua aprovação pelo Senado, que trouxe ao debate político nacional a problemática de uma renovação da estrutura e, fundamentalmente, a diminuição do controle estatal na área trabalhista.

Estamos vivendo um momento privilegiado, que propicia possibilidades ampliadas de uma alteração da estrutura sindical corporativa, o que no meu entender, não significa necessariamente que essas modificações ocorrerão, porque uma parte muito importante dos dirigentes sindicais brasileiros, e também dos sindicatos patronais, se manifesta contra a Convenção 87, contra a modificação dessa estrutura corporativa. Conseqüentemente, torna-se difícil uma previsão sobre o que realmente poderá acontecer. Às vezes tenho certas dúvidas porque, em todo mundo, certas tendências corporativas no movimento sindical são fortes e aparecem a partir do próprio movimento sindical, e não a partir do Estado. Seria uma forma de corporativismo que Schmitter chamaria de um corporativismo societal, diferente do corporativismo lusitano ou latino, corporativismo que vem do Estado.

Usando a mesma linguagem de Schmitter, chamar de um corporativismo estatal, redundante de uma intervenção do Estado na área da representação dos interesses profissionais, em que o Estado outorga o monopólio da representação em instituições verticalizadas, não competitivas, não componenciais, e cuja expressão máxima é o sindicato único do imposto pela legislação.

Os diferentes estudiosos do movimento sindical em nosso País notam que em sociedades de forte tradição liberal e um mínimo de tradição corporativa, em que a democracia política e o sistema de partidos parecem bem implantados, ressurgem certas tendências corporativas, não necessariamente vindas de um intervencionismo do Estado, e sim saindo de baixo, como na Suécia na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, na Bélgica, sobretudo na Holanda, numa série de países em que o sindicato está forte e muito bem implantado. Então, aparece um corporativismo, decorrente dessa quase fusão, dessa aproximação muito grande da organização sindical com o Estado. Há a assunção, por parte das organizações sindicais, de uma série de medidas de natureza econômica, participação em órgãos governamentais, instituição de comissões tripartidas com o governo, organismos patronais e sindicatos. A partir dessas comissões se regulamenta uma série de atividades econômicas, uma série de atividades patronais, e se diminui muito o coeficiente de atrito, de conflito e de autonomia das organizações de base.

Aparentemente, as tendências corporativas, ainda que o nome possa ser extremamente desagradável, têm um vigor muito grande nas sociedades contemporâneas. Conseqüentemente, não se trata só de um fenômeno brasileiro, não se trata só de um intervencionismo estatal, de uma medida autoritária, e sim de algumas tendências que vêm de baixo, que vêm do próprio movimento sindical nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

**JOÃO GABRIEL TEIXEIRA** – Obrigado professor Leôncio. Gostaria de saber se o José Dirceu também responderia à questão sobre o atrelamento da estrutura sindical e a questão da cidadania. (Negativa do sr. José Dirceu.)

Alguém mais quer pronunciar-se? (Pausa.)

Continua franqueada a palavra.

**ELISA REIS (IUPERJ)** – Só uma observação rápida, um comentário à exposição do sr. José Dirceu. Nem chega a ser uma discordância. Expresso a minha perplexidade. Começou o sr. José Dirceu apontando muito bem o desafio que temos de realizar, ao mesmo tempo, das cidadanias política e social, creio que até a civil pode entrar nesse pacote. Concordo. É a vantagem ou a desvantagem do atraso histórico. Há algo mais que temos que pensar, simultaneamente: temos que afirmar a representatividade partidária e sindical no momento em que essas formas de representação já

são consideradas problemáticas. Nas democracias burguesas plenamente realizadas, a representatividade partidária ou sindical já é considerada insuficiente.

Sem negar a importância dessas formas, a discussão, a disputa, quase que o bloqueio de outras formas alternativas de representação, parece-me uma negação do nosso momento histórico.

**OSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** – Concordo, mas coloco: passei dez anos da minha vida nos países socialistas, especificamente em Cuba, que considero uma terceira pátria, porque sou mineiro e minha primeira pátria é Minas Gerais. Conheço os países da Europa Oriental e também a União Soviética. Só não conheço, de ter ficado e trabalhado, o Vietnã, a China, a Coreia ou os países da África.

Estou convencido de que, neste momento, para dizer um chavão, o poder não apenas se toma, mas também se contrói. Pode parecer a tese do passo a passo, o etapismo. Longe de mim, inclusive a minha tradição política não leva para essa escola. No entanto, estou convencido de que é preciso construir formas alternativas de controle e fiscalização do Estado e formas de representação, porque não se vão esgotar, nem na representação parlamentar nem no Estado muito menos nos partidos políticos a gestão da sociedade.

No Brasil, hoje em dia temos a tarefa de desenvolver – é possível – o poder popular – os conselhos populares, o controle e a fiscalização sobre o Estado e sobre os serviços públicos e formas de organização as mais diferenciadas possíveis. Não vejo incompatibilidade, pelo menos com o projeto partidário que tenho e que defendo dentro do PT. Em primeiro lugar, porque eu não considero que no desenvolvimento histórico brasileiro e na complexidade de um país como o Brasil, possamos pensar em um partido político com o projeto de poder de revolução. Em segundo, porque o PT é um repensar partidário. As dificuldades que enfrentamos são concretas, inclusive da tradição política da esquerda brasileira, que fez do PT o que ele é hoje. São dificuldades da experiência de um pragmatismo que temos que ter e das condições objetivas nas quais tem que se desenvolver um partido político no Brasil, que são as piores possíveis, tanto no ponto de vista legal como do ponto de vista dos controles e do cerceamento que existe. É preciso ousar nesse campo e é preciso repensar a representação política, os partidos políticos e criar canais alternativos.

Não há uma incompatibilidade. Por exemplo: em São Paulo se desenvolvem diferentes formas de controle de participação popular. Os partidos políticos, muitas vezes, se chocam, como se chocam os sindicatos com as comissões de fábrica.

Não há incompatibilidade em si na existência de um partido político ou de partidos políticos como forma de representação que não seja político-partidária, porque há experiências concretas que têm crescido ao lado de

partidos políticos em vários países. No Brasil, concretamente, acredito seja possível, inclusive porque devemos trabalhar com a realidade de que grande parte dos trabalhadores e mesmo da população não se sente representada pelos partidos. Se os partidos vão representá-los ou não, é uma questão de luta política, de desenvolvimento social, econômico e não há por que, principalmente um partido como o PT, se contrapor a formas de organização alternativas. Pelo contrário nós temos sido um dos instrumentos, sempre quando é necessário, do desenvolvimento dessas formas alternativas.

Para dar exemplo concreto de algo que é real o Conselho de Saúde da Zona Leste. Grande parte das lideranças dos dirigentes desse Conselho de Saúde são petistas, em todas as comissões que existem – seja de moradia, seja de saúde, seja de transportes –, comissões de controle tarifário de transportes, há uma participação pluripartidária, e o peso da participação de petistas é muito grande.

É realmente um desafio. Não temos resposta. Há uma crise, na representação político-partidária, dos modelos de revolução e também do sindicalismo. Não vejo que se possa absolutizar, hoje, uma contradição entre os partidos e os sindicatos, e os movimentos autônomos.

**COORDENADOR (Pedro Demo) –** Alguém mais da Mesa quer se pronunciar? Alguma pergunta mais?

Então vamos prosseguir.

**PARTICIPANTE – (Fora do microfone) –** ... que qualquer forma alternativa. Dá para sentir claramente quando a questão revolucionária, a discussão dos projetos alternativos não é admitida. Então, neste momento em que estamos discutindo a Constituinte, estamos discutindo a cidadania, já há manipulação, como, por exemplo, uma situação determinada, em termos de não admitir essa questão da cidadania do trabalhador.

Então, como vamos conquistar, na prática, essa cidadania? Sabemos muito bem que a classe dominante, a burguesia, não está disposta a fazer concessões dentro da conjuntura política pré-Constituinte.

**LUÍS WERNECK VIANA –** O sr. faz referência a uma prática, a resistência da burguesia. Este ponto está dominado, faz parte do nosso senso comum. O que nós não sabemos é se a prática vai nos levar agora à construção de uma cidadania livre e plena.

Por que este tema é pertinente? É pertinente porque vivemos agora um processo de transição, que devia ser conduzida pelo social. cavalgada pelo social, como quiseram o PT e outras forças de esquerda. O que me parece também um pouco problemático com a concepção de política que o sr. tem, que levou, inclusive, à intervenção da sra. Elisa Reis, há pouco, como se

apenas o plano do social pudesse produzir repercussões no plano institucional e no plano da política.

Sabemos que há fortes relações entre as duas dimensões, mas sabemos também que uma guarda singularidade em relação à outra; sabemos também da enorme distância entre partidos e movimentos sociais neste País.

Concordo que este é um processo, é uma tendência hoje universal, mas há algo em nós que é particular, na medida em que a nossa história, que foi uma história de exclusão, uma história de controles corporativos, exercidos por parte do Estado sobre a sociedade, não permitiu, noutras oportunidades, que os movimentos sociais ficassem expostos à ação dos partidos políticos.

Operamos essa transição numa circunstância muito complicada, porque a operamos sem um pacto social e sem um pacto político – e esta é uma transição negociada com o antigo regime, e esse antigo regime existe e atua.

Como tentar operar a transição, se se desconhece a natureza do antigo regime?

Qual era a estratégia do PT? A estratégia do enfrentamento na questão do social que desarticulasse a forma de dominação política que o regime exercia, permitindo uma ruptura de natureza revolucionária. O PT nunca disse isto, mas esta era a sua política. Devia ter dito, porque era a sua política, e não há como entendê-la de outro modo. Este é um problema clássico na teoria política de um partido revolucionário.

Como conceber a passagem?

O PT, a meu ver, é uma frente política, tal como o PMDB o é, composta de três partes que convivem com muita dificuldade: a tradição do anarco-sindicalismo brasileiro, o marxismo do conselhismo e o neopopulismo da Teologia da Libertação, três matrizes que estão atadas desde o começo do nosso século, três matrizes anacrônicas. E mais: essa novidade comportamental das camadas médias brasileiras que se exprimem na questão ecológica, do verde, da sexualidade e outros “baratos” interessantes que compartilho. A esta altura evidentemente – não estou falando como professor, porque se armou uma complicação aqui, fui interpelado na intervenção do sr. José Dirceu, num tom polêmico, e estou respondendo polemicamente; estou falando como comunista, como intelectual que trabalha dentro do campo do Partido Comunista Brasileiro, embora, por desavenças políticas com a sua direção, hoje não seja parte da sua organização. Espero que seja uma coisa provisória, porque espero que essa direção seja provisória, e uma nova direção seja capaz de repensar a questão comunista de outra forma, de forma moderna, com os problemas modernos que aqui foram colocados, a que os comunistas têm que dar respostas, inclusive aos problemas do companheiro aqui, que são fundamentais.

Não importa acusar, denunciar a prática liberal que presumidamente se esconda através disso. Importa considerar que a realidade da autonomização da classe operária é um fato no mundo todo, e que temos que convalidar essa realidade, temos que legitimá-la e temos que interpelar essa classe por fora dos aparatos políticos e sindicais.

Sabemos bastante bem que o tema da democracia participativa é também tema emergente no nosso mundo. Exclui o tema da democracia representativa? Evidentemente não. Temos que trabalhar com esses dois momentos.

O fato é que a concepção de passagem do PT do autoritarismo para a democracia era de natureza revolucionária clássica. Sabemos muito bem que esta concepção não nos levaria – e não nos leva – à constituição de uma sociedade democrática neste País.

Por outro lado, estamos agora com esta dificuldade de implantar e consolidar instituições democráticas, tendo que pagar, ao mesmo tempo, a enorme hipoteca social, fruto da modernização conservadora dessas últimas décadas, especialmente agravadas por estas últimas décadas, de 64 até estes anos 80, com estes 40 milhões de brasileiros em situação de miséria absoluta, a reemergência da questão social por fora da institucional e da política.

Como trabalhar o plano da política e o plano do social para conduzir esse processo ao êxito, ao sucesso, para que ele efetivamente seja capaz de criar entre nós instituições democráticas, que, através de um aperfeiçoamento progressivo, sejam capazes de conduzir a nossa sociedade inclusive a uma transição de outro tipo, à transição ao socialismo? Ou dizemos que este nosso mundo é moderno e, por isso mesmo, precisamos de uma teoria de mudanças – e para dizer a palavra a qual se tem tanto apego religioso, a teoria revolucionária – precisamos ter uma concepção nova em relação a essas coisas, senão vamos retomar práticas que nos levaram ao fracasso em outras oportunidades.

Se era polêmica, eis aí a minha contribuição.

**LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES** – Sua colocação é interessante, pois retoma, indiretamente, uma série de pontos que passaram as diferentes intervenções.

Anotei três aspectos, sobre os quais irei refletir um pouco: a idéia da classe dominante, o projeto alternativo e a questão, que diria quase que com intransigência, o imobilismo dessa classe dominante.

Pergunto: o que é essa classe dominante? A classe dominante parece que é uma só. Poderia até aceitar.

Falamos que a classe dominante é imobilista, não aceita projeto alternativo, sem antes definir melhor o que estamos entendendo por projeto alternativo e por classe dominante: assim não avançamos. Todos nós que estamos aqui fazemos parte da classe dominante, ocupamos um espaço

dentro dos grupos dominantes. O resto é bobagem. Estamos aqui entre os 5%, 10% que têm 40% da renda nacional. Estamos falando, pagos, dentro de uma das principais Universidades do Brasil, das universidades dominantes. Não estamos falando na Universidade de Piratininga ou de Sapoemba. É com passagem paga pela mesma Universidade. Não fazemos parte da classe dominante? Na minha opinião, fazemos. Fazemos parte daquela parcela que tem curso universitário, que ascende aos postos de Governo, que dirige a assessoria jurídica da UnB, que é professor titular da USP, que escreve nos jornais dominantes: *Estadão*, *Folha*, *Isto É*, *Veja* etc. Fazemos parte da classe dominante. Na minha opinião, não há nenhuma dúvida que fazemos parte da classe dominante. Talvez só não estejamos no *topo* da classe dominante, infelizmente.

Assim, se não definirmos bem este ponto, estaremos falando de uma mistificação: “a classe dominante não quer isso”. Talvez uma parte da classe dominante não queira, outra parte quer. Queremos certas coisas, outra parte da classe média não quer. Só que nós, como sempre acontece, não falamos em nome do nosso interesse. Falamos em nome do povo. Mas qual é o político que diz que fala em seu próprio interesse ou do seu grupo? A linguagem política é sempre dessa natureza, mistificatória – o PT diz: “o proletariado quer”; o PCB diz: “o proletariado quer”; outro diz: “o povo quer”, “o povo brasileiro”, “a Nação brasileira”. A Nação, o proletariado, essas grandes entidades sempre falam pela boca de um ou de outro que estão representando uma parte desta Nação.

Então, se não tivermos isto claro aqui, não entenderemos um componente do conflito que se dá e um conflito importante para o Brasil é o conflito entre setores da classe dominante.

Como é que o PMDB ganha nos bairros mais ricos de São Paulo? Este é o dado. Ganha ali, na área nobre, que começa na Av. Paulista e desce, onde se dá a vida interessante de São Paulo, onde estão as grandes universidades, os cinemas, os restaurantes, onde se discute marxismo, petismo, etc., é o lado bom da vida brasileira, é o “lado da África do Sul”, o “lado Suíço”. Falamos muito da “Biafra”, mas nos esquecemos de que fazemos parte da “Suíça”, estamos no lado suíço. Por exemplo, só uma única vez na minha vida fiz uma pesquisa para o Partido Comunista e nunca entrevistei um dirigente de esquerda que não morasse na Zona Sul de São Paulo. Todos que eram entrevistados nos grandes bairros, pessoal de alta renda, que vive mais ou menos bem, que participa, que tem acesso ao poder, etc.

Então, o fato de o PMDB ter uma enorme votação na área rica, nos bairros ricos de São Paulo, significa que é um Partido que é apoiado pela maior parte da classe rica. O PMDB tem uma grande parte dos governos do Brasil, é um partido dominante: controla a Presidência da República, controla a maior parte dos Ministérios, controla muitas prefeituras. Então, é um partido do grupo dominante, ou não é? É uma facção das classes



dominantes, da qual fazemos parte. A classe dominante não é homogênea. Mesmo no passado os fazendeiros brigaram com os industriais, contra os exportadores de café, contra os comerciantes, contra os bacharéis, contra os militares, etc.

Este é um dado básico, se não quisermos ser alienados e continuarmos a nos mistificar: fazemos parte de um setor da classe dominante, não há nenhuma sombra de dúvida. Não somos milionários, mas somos membros das classes altas, estamos nas instituições dominantes, controlamos os meios de comunicação de massa importantes, temos acesso à imprensa, à televisão, influenciamos o pensamento das pessoas e gozamos, como talvez seja natural – não sei se justo – de certas vantagens e privilégios de fazermos parte dessa parcela das classes dominantes. Este é o dado que temos que ter muito claro.

Outro problema, projeto alternativo. O que estamos entendendo por projeto alternativo? É o socialismo? Então, vamos pegar as fábricas privadas e entregá-las ao Estado; vamos pegar as terras dos fazendeiros, uma parte damos aos trabalhadores, outra parte estatizamos. Este é o projeto alternativo? Se este é o projeto alternativo, não nos devemos espantar que os proprietários privados não concordem conosco, oponham resistência. Os bandidos opõem resistência. É claro, pois queremos acabar com eles. Claro que esse projeto alternativo não tem nenhuma viabilidade de ser conduzido democraticamente.

Então, quando falamos em projeto alternativo, precisamos saber bem o que estamos querendo com isto. Não estou defendendo nem um nem outro no momento. Estou querendo entender melhor este problema do projeto alternativo.

A transição é uma conciliação de elite? A Nova República é uma conciliação de elite? Acho que é uma conciliação de elite, da qual fazemos parte, sem nenhuma sombra de dúvida.

Entendo até que o projeto alternativo, se analisarmos a questão empiricamente, não é projeto que mobilize a classe trabalhadora e não foi inventado pelas classes baixas; não são as favelas que criaram o projeto alternativo. A partir daí é que temos que começar a equacionar uma série de problemas. Pode ser até que a nossa facção tenha razão. Até tenderia a concordar que tenha, até certo limite. A verdade é que cada grupo tende a entender que os seus interesses específicos são os interesses universais. Karl Marx já mostrou isto há muito tempo, só que nos esquecemos de usar o marxismo quando nos interpretamos a nós mesmos.

Finalmente, para não me alongar demasiadamente, a outra facção da classe dominante, se entendermos nós mesmos como parte da classe dominante, não é imobilista. Estávamos discutindo esta questão com José Dirceu. Ela tem uma grande capacidade de renovação, de atender a demandas novas de readaptação, quer se trate do plano da mera produção econômica – a diversificação do parque industrial e do parque econômico

brasileiro é fato indiscutível: ela é capaz de ser inovadora também na parte política: é capaz de tentar adaptar-se às novas demandas de trabalhadores, e assim por diante. O Lúcio Bellentani já viu várias vezes como as grandes empresas sobretudo as multinacionais, tratam de reciclar seu pessoal dirigente, para fazer face às novas demandas.

Então, esta não é uma classe imobilista. Ela enfrenta problemas graves – todos já sabemos – desde problemas da dívida externa, problemas da estrutura agrária, de pressões, problemas urbanos, enfim, tudo aquilo que já sabemos, mas não é uma classe imobilista.

Paro por aqui. Para a discussão progredir, alguns pontos têm que ficar claros: quais são os setores da classe dominante? O que é um projeto alternativo? Senão teremos dificuldades de avançar na discussão.

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** – Coloco algumas questões. Em primeiro lugar, já que estão fazendo declarações, devo dizer que sou comunista também e tenho tradição e origem político-partidário, no PCB também. Fui filiado do PCB na clandestinidade, fui dissidência do PCB – a famosa dissidência universitária de 65/66 em todos os Estados e faço parte da tradição também da esquerda brasileira que assumiu a proposta da luta armada na década de 60, da qual espero ter feito uma crítica à esquerda, e não à direita.

É verdade que o PT – não vamos esconder o sol com a peneira – é composto por tradições e por heranças bastante contraditórias, mas é o que era necessário organizar em determinado momento histórico. E esta é a força e a viabilização do PT, porque é um partido constituído a partir de uma base social e do desenvolvimento do pensamento político, a que confluem diferentes setores sociais e tendências que expressam realmente a Teologia da Libertação – a base social da Igreja Católica no Brasil é organizada nas Pastorais e nas CEBs –, expressa uma crise de desenvolvimento da ação e do pensamento sindicalista, onde o anarquismo está presente – isto se vê na CUT hoje sendo expressado. O PT tem, dentro de si, a esquerda ortodoxa, ou setores dela. O populismo percorre toda a sociedade brasileira e pode estar presente dentro do PT também. Não é uma força que tenha peso determinado.

**LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES** – Só para esclarecer: o problema que eu coloquei do Luis Werneck era o da vertente católica, o da vertente russa. Aí está o povo.

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** – O PT procura desenvolver isto politicamente, procura superar e transformar isto num partido. É verdade que o PT é uma frente, mas a burguesia não faz parte dessa frente, nenhuma das suas facções faz parte dessa frente. Há nuances de projetos sociais-democráticos no PT, mas há uma luta política dentro do PT.

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES – Sou bem provocador. Se pensar a burguesia proprietária, não faz parte. No entanto, todos os levantamentos de São Paulo mostram que o PT é o Partido que tem, entre seus eleitores, a maior proporção de pessoas com formação universitária.

O candidato Suplicy . . .

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Ia responder exatamente. Não é verdade e vou mostrar com os dados da última eleição. Este é um prato cheio.

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES – Não quer dizer que não tenha recolhido votos em bairros populares. Os levantamentos de opinião pública por escolaridade dá ao PT como Partido – e fiz esses cálculos – tendo cerca de 38% de seus eleitores com formação universitária. Não há um partido que chegue aos pés disso. E mais: o candidato do PT mora num bairro elegantíssimo. Todo o secretariado que ele indicou era todo formado por intelectuais dominantes: o Paulo Freire, a Marilena Chauí, todos intelectuais dominantes em São Paulo. O PT não é um partido que tenha burguesia privada: os banqueiros, os grandes industriais, concordo. Se se limitar o conceito de burguesia a esse setor, concordo. No entanto, se pensarmos em classe alta, o PT é, como a cúpula do PMDB, como o PTB e outros partidos, um partido que tem na sua cúpula, com exceção de um setor da elite sindical de São Bernardo do Campo, é um Partido dirigido basicamente por um setor das classes altas, digamos o setor baixo da baixa classe alta: professores universitários, intelectuais, advogados famosos, como Hélio Bicudo, Dalmo Dalari, etc.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Em primeiro lugar, é evidente que não restrinjo a classificação da burguesia nos termos mecanicistas. Por isso mesmo é que há vertente social no PT. Concordo com o que o sr. está falando.

O voto petista, está estatisticamente demonstrado, é do trabalhador qualificado, do jovem trabalhador, do jovem da classe média e da mulher que trabalha fora. Este é o perfil do voto do PT em São Paulo. Não é voto do trabalhador desqualificado de baixa renda nem da burguesia. O PT é o último Partido na votação dos Jardins, onde moro e conheço o suficiente. Fomos menos votados em 85 do que em 82 nos Jardins, em São Paulo. Nossa votação subiu 7 a 10 pontos na Zona Sul, porque, na verdade, os Jardins são a Zona Sudoeste de São Paulo: as Zonas Sul e Leste de São Paulo são a região proletária de trabalhadores de São Paulo. O PT é o segundo Partido nestas regiões. O PMDB é o primeiro.

Jânio Quadros venceu em muitas regiões as eleições, mas não é o PTB, não é o PFL, não é o PDS. Ai temos que analisar o que significa Jânio Quadros, o que significou o voto no Jânio em São Paulo.

Ao PT é importante e determinante não ter a burguesia dentro do Partido, senão estaríamos abstraindo uma realidade concreta que o sr. acabou de colocar. É evidente que a burguesia se opõe, e vai fazer agora uma luta política intensa contra o PT e a CUT – e não poderia ser de outra maneira, porque faz contra o PMDB em determinados momentos, dependendo da política que predomine dentro do PMDB, que é uma frente, que há setores não-burgueses dentro do PMDB.

Coloco o seguinte: é diferente uma frente política como o PT de uma frente política como o PMDB, porque há no PT, claro, o objetivo de transformar o PT no Partido dos Trabalhadores, e o PT não reivindica a representação dos trabalhadores do Brasil de maneira única. Isso faz parte do Programa e do Manifesto de fundação do PT. É algo importante na tradição política brasileira da esquerda: O PT não se auto-intitula hoje que fala em nome da classe trabalhadora. Não se vai ver nunca nas declarações do PT, a não ser nas recaídas esquerdistas, esse tipo de afirmação. Temos plena consciência do nível de desenvolvimento político-social, da diferenciação dos problemas que estão colocados para a organização politico-partidária no Brasil e para a organização social no Brasil. Não temos essa pretensão.

Ao contrário do que foi colocado aqui por Leôncio Martins e por Luís Werneck, o PT tem um projeto para a transição. O PT não tem uma perspectiva revolucionária socialista e ponto. O PT é um partido que não trabalha, não discute a questão da transição. Não é verdade isto! Temos desenvolvido, temos trabalhado com a questão da transição e estamos conscientes de que não está colocada na ordem do dia uma revolução socialista no Brasil, porque seria algo de espantoso se o PT o colocasse.

Quando o Leôncio Martins disse que o PT, por fim, revelou seu projeto, ele está faltando com a verdade, porque o PT nunca deixou de dizer que era um partido socialista. Sempre deixou claro que era um partido socialista. Disse que nunca deixou, que agora é que o PT deixa claro, quando o Lula fala que entende que a propriedade tem que ser estendida a todos ou que se tem de socializar os meios de produção, que o Lula tirou a máscara ou, quando a CUT declara que o objetivo dos trabalhadores é o socialismo, que a CUT tirou a máscara. O fato é que é muito problemático desenvolver-se uma teoria da transição no Brasil e estabelecer quais são as forças sociais que podem dar à transição outro caráter, pela própria incapacidade, pela maior falta de substância de os partidos políticos e as classes sociais em se representarem e se organizarem para fazer com que essa transição tenha outra direção. Quem tem a força, quem tem a direção é a burguesia da transição.

Quando nos contrapomos a essa transição que está acontecendo neste momento, dirigida e controlada pelas classes dominantes – não há dúvida nenhuma, elas forjaram essa transição –, temos que ter base real para fazer outra proposta de transição. Para não ficarmos no discurso do socialismo e

para não cairmos a reboque das propostas que a burguesia faz para a transição, temos que ter propostas reais. E aí vem a dificuldade do PT. Quem são os aliados?

**PARTICIPANTE** – Por que excluem a classe dominante? Não entendo! Se têm o Dalmo Dalari, o Suplicy, que são da classe dominante? Não entendo.

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** – Explicarei depois essa questão do secretariado, porque...

**PARTICIPANTE** – Fiz uma relação de todos os candidatos do PT: havia alguns operários. A grande maioria é formada por professores. O Secretariado que o Suplicy avançou, se ganhasse, era formado de ilustres professores: Paulo Freire, Dalmo Dalari, Marilena Chauí, etc.

Não entendo por que excluir esse pessoal da classe dominante.

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA** – Explico porque excluí a classe dominante. A pessoa que é indicada para uma função pública – é óbvio –, no caso do PT, pressupõe que cumpre um programa em que há mecanismos de controle, participação e fiscalização. Quando discutimos o secretariado do Suplicy e fomos conversar com vários trabalhadores e vários dirigentes do PT que ocupam funções sindicais, ou no PT, sobre a participação deles no secretariado, encontramos a seguinte argumentação: no nível de desenvolvimento político dos trabalhadores no Brasil, no nível de desenvolvimento político e cultural do País, a questão da competência e da separação do sindical do partido político leva a que haja uma rejeição na base dos sindicatos e nas fábricas de que dirigentes sindicais ou lideranças partidárias que são também sindicais – porque todas as lideranças do PT que não são de extração pequeno-burguesa ou burguesa ocupam funções sindicais – sejam rejeitadas ao assumir funções no Estado, no governo e continuarem sendo dirigentes sindicais.

Tinhamos a proposta de convidar Luís Gusquém, Jorge Coelho, Maurício Soares, várias pessoas para o secretariado – estou colocando uma realidade – e nos defrontamos com a recusa absoluta deles – e o dr. Lúcio conhece o fato – de participar de qualquer tipo de secretariado. Este é problema concreto que existe, que faz parte do desenvolvimento político brasileiro, problema real que enfrentamos, contra o qual temos lutado no PT e temos discutido nos núcleos do PT, nas plenárias, nas fábricas com os trabalhadores, porque acho que esta é a separação que não deve haver entre o social e o político.

Quando falo que o liberalismo pode estar atrás dessa autonomia, não estou querendo dizer que não devemos aceitar essa autonomia e essa diferenciação de forma de organização social, e sim que elas devem assumir o caráter do Estado que existe, da sociedade, e ir ao fundo da questão. É isto que coloco, e não que, a pretexto de que a luta autônoma, econômica ou

social, pode levar a uma separação com o político-institucional, aceitar que ela não deva existir, não deva desenvolver-se. Devemos fazer o contrário: ela assuma, então, a sua globalidade, que, de maneira dialética, assumo o que é o real.

Esta, a questão que colocamos.

Também coloco uma questão discutível e de crescimento desigual e desequilibrado, que tem uma diferença fundamental no PT. Existe democracia partidária no PT, existe uma interação entre as decisões da direção do PT, as propostas de programa que o PT desenvolve, e a decisão coletiva do Partido. Esta é uma diferenciação importante. Ela é imperfeita, tem contradições, tem o assembleísmo e o basismo por um lado, e tem o elitismo por outro, tem também o tecnicismo. Por exemplo: tem importância ou não, o fato de que o PT tenha feito um esforço, nestes últimos três anos, de desenvolvimento de propostas de políticas municipais e propostas setoriais alternativas de governo – para saúde, transportes, habitação – para os municípios, através de uma discussão entre os profissionais e técnicos petistas que estão no aparelho do Estado ou estão nas universidades e os movimentos organizados sociais e as lideranças dos movimentos sociais? É assim ou não é que vamos criar condições para dirigir o Estado e a sociedade, de maneira democrática?

Esse esforço que o PT tem feito, de não reunir apenas os técnicos, e estabelecer programas e propostas, sejam gerais, seja pensando globalmente a cidade, o Estado ou o País, mas procurando ir aos movimentos que estão organizados, ouvi-los, discutir as propostas com eles, reciclar tanto os técnicos profissionais como as lideranças desses movimentos para pensar politicamente esses programas. Essas experiências que o PT tem feito e que me dão a convicção – era o que queria concluir – de que, apesar dessas contradições que são colocadas, o PT também tem uma parcela importante nos setores da classe média alta, da burguesia dentro dele, pois o PT surgiu de vertentes que poderíamos dizer não alcançam o desenvolvimento político ou a compreensão social da realidade histórica e política brasileira, que o PT também é uma frente que me dá – pelo menos, é nesta direção que trabalho no Partido – a convicção de que é um projeto político e historicamente consolidado, no sentido de que ele criou raízes.

Sonhei, durante toda a minha vida e trabalhei neste sentido, por um partido político que tivesse raízes entre os trabalhadores. O PT tem, em São Paulo, cerca de 15 a 20 mil militantes que são trabalhadores. Vamos fazer a crítica: esse é um dado concreto que é revolucionário na situação brasileira. Se ele vai desenvolver, se expandir ou se vai se transformar num partido parlamentarista, num partido esquerdista ou num partido vanguardista, é uma luta política. Ele tem bases, raízes e instrumentos que apontam no sentido de se transformar num partido realmente, de não ficar num projeto que, ou é cooptado por burocracia sindical ou vai para o anarquismo e para o esquerdismo, etc. Há um debate político. Essas coisas,

inclusive, são discutidas por todos os petistas; apesar das dificuldades de nível de informação, de meio, etc., esse debate político passa pelo PT, bem como o debate da transição.

Por exemplo: por que divergimos tanto do companheiro deputado federal José Genoíno Neto?

Só para dar um exemplo ao Luís Werneck de como esse debate existe no PT – vou tomar mais um pouco de tempo dos srs.: o que é alternativa operário-popular? É a formação do bloco operário popular. Por que falamos em alternativa democrática popular? Porque eles não incorporam a questão democrática e não têm tática. Têm estratégia, é o socialismo. Precisam formar um bloco operário popular que, evidentemente, vai linearmente para o socialismo. E quando se pergunta: E a questão democrática? Não conseguem ter uma tática, porque não enfrentam a questão democrática. O PT tem feito um esforço para enfrentar a questão democrática como ela está posta hoje, a transição como está posta hoje. Sempre pregamos a ruptura, em 84/85 – nunca o escondemos. Não era uma ruptura revolucionária. Estava claro para nós.

**LUÍS WERNECK VIANA** – Deixe-me esclarecer um ponto. Primeiro: o PT é uma presença benfazeja na estrutura partidária brasileira, particularmente na esquerda brasileira, embora eu veja – como o sr. reconhece – todas essas ambigüidades e todas essas perplexidades que estão dentro desse Partido, ainda em processo de constituição. Meu desejo – se podemos formular um – é que o PT consiga constituir-se a partir do que há de mais saudável dentro dele.

Quanto ao que o sr. falou, tenho muita concordância com os princípios e a prática política que foi anunciada. Gostaria muito que o PT se implantasse. Tenho este ponto como um ponto de saúde na política brasileira, particularmente nessa esquerda brasileira, que é uma esquerda medrosa, fanatizada, dogmática, fora do mundo, que vive siderada pelas suas próprias fantasias.

Na questão da transição, não vejo como concordar. Primeiro, o PT jamais apresentou, do ponto de vista vivamente público, a sua alternativa para a transição. Apresentou sempre a sua contestação ao caminho que nós preconizamos que, aliás, diga-se de passagem, por mais desgraçado que seja, nos trouxe a esta situação. Que situação é esta? É uma situação de liberdade, que este País jamais conheceu em todos os seus níveis. Esta foi uma estratégia política vivida por nós, trabalhada por nós. Concebemos essa transição e a realizamos. A grande virada, como todos sabem, foi 1974, quando definimos o processo eleitoral como um processo superior de luta, exatamente para provocar aqueles que entendiam que a forma superior de luta era a luta armada. O voto é que e a forma superior. Foi assim que abrimos espaço para essa transição.

É evidente que o pensar a transição como conquista da democracia política, que foi e é a nossa perspectiva, supõe que a democracia política traz dentro dela a explicitação do social.

Peço a paciência dos srs. para um segundo de reflexão. O que veio primeiro, as greves ou a luta política contra o regime? As greves tiveram que esperar 78, ou não? Quem abriu espaço para a explicitação do social senão a luta política? A estratégia do PT, desde o início, tem outra natureza. Participei de um debate com o Lula, que virou livro, chamado “A Conjuntura Nacional”, em 1977, aliás, organizado por mim, no “Teatro Casa Grande”, com 1.200 pessoas, quando o Lula disse para aquelas pessoas que estavam lá que a CLT era o AI-5 dos trabalhadores, o que era a clara subestimação da conquista da democracia política, porque o que importava era a remoção da CLT. Este é que era o AI-5 real.

Não é assim. As coisas não são como o PT diz, particularmente na questão da transição. E quem fala é uma pessoa que, e não aqui, mas em todo lugar, em outras assembléias, sempre é um defensor entusiasta do PT, inclusive como regeneração do seu próprio campo. Não vejo como o campo que é o meu possa regenerar-se sem esta competição forçada que o PT obriga realizar. Internamente não vejo como aquele dinossauro muda. Mas vai mudar, porque esse dinamismo dos outros partidos, inclusive, é uma forma de estímulo e de mudança.

Na questão da transição, a história do PT é toda de outra natureza.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Vou dar um exemplo que refuta suas afirmações.

LUÍS WERNECK VIANA – Essa do AI-5 dos trabalhadores é de 77 a 79.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – É verdade que o Lula falava e pregava isto. A própria fundação do PT, inclusive pelas mãos do Lula, é uma refutação disto.

LUÍS WERNECK VIANA – No entanto, uma refutação fora da forma.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – E dou outro exemplo, que é determinante: o PT em 1983, se deu conta – eu vou dizer nos termos em que pensávamos – de que a burguesia, ou frações da burguesia, necessitava de outro jogo, de outra regra, para remover o Governo Figueiredo e a favor das eleições diretas. Nesse momento, o PT chega na sua maioria, ele consegue atuar, no plano político-institucional, como uma força pequena, mas determinante, para deslocar a principal luta política que fez com que a transição, de que o sr. falou e que vivemos hoje,



chegasse a um ponto de não retorno, porque a transição tem múltiplas formas e fases desde 1966/67.

LUÍS WERNECK VIANA – Sem dúvida, mas não se pode trabalhar só “contra”. Temos que trabalhar também a “favor”. É evidente que o PT teve um papel fundamental na questão da transição, particularmente, quando concorreu com a questão das diretas. Entretanto, na medida em que a questão das diretas foi deslocada e a transição passava pelo Colégio Eleitoral, o PT, se pondo “contra”, não ajudou a transição, segundo meu ponto de vista, não ajudou a transição, não compreendendo a importância crucial que se punha para nós, em São Paulo, de derrotar o Jânio, permitindo que o antigo regime voltasse a ser poder.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Estou percebendo que desejam encerrar, mas farei mais um aparte, para não perder o raciocínio. Coloco só uma questão. O PT fica fora da transição – e esta foi uma discussão longa que tivemos com o Ayrton Soares. É a garantia, o aval de que a transição tem que passar pelo social e pelo econômico, não pode passar só pelo político-institucional e pelo jogo dos partidos do Congresso Nacional.

LUÍS WERNECK VIANA – Só para concluir. É evidente que isto é verdadeiro. As greves este ano tiveram, ou não, repercussão na questão social? Na questão da cidadania, que é o nosso tema?

O Brasil foi, este ano, recordista mundial de greves, em número de greves e em número de trabalhadores parados. Implicou o quê? Conquistas sociais. É só ver a pauta das greves. O Boletim do DIEESE e o Boletim da revista *Tendências do Trabalho* dá os motivos da greve, o que foi conquistado – democratização do espaço fabril, comissões de empresas – quantas saíram dessa movimentação grevista – conquistas sociais importantes e luta econômica também exitosa. Qual foi o aval dessas conquistas? A democracia política que conquistamos. Não há por que separar, estabelecer um novo “muro da China” entre a conquista da democracia política e o social. Isso não é verdade! Na verdade, a estratégia política do PT, que tem uma concepção de cidadania fundada no social – ainda não conseguiu transcender esse momento de concepção original, que é o da sua fundação – não foi capaz de pensar até agora no tema político da cidadania.

Não vou mais aborrecê-los, e agradeço a paciência e a tolerância com que me ouviram.

PARTICIPANTE – Permitam-me dizer algo antes de encerrar, pois estou muito incomodado nessa classe dominante. (Risos).

Não é nem pela minha posição física, isto é, onde me situo. É até pela incompreensão teórica. Li todas aquelas polêmicas, etc., e não com-

preendia que essa coisa se resumisse a um quadro de exploração ou a um quadro de opressão. As vezes, vemos que uma coisa não se reduz a outra e, certamente, não estou explorando ninguém nem oprimindo, de certa forma, nem creio, por exemplo que José Dirceu ou a Marilena Chauí, ou qualquer um de nós aqui, nem a nossa Universidade, que sofreu inúmeras intervenções militares.

Essa relação de classe não explica o problema de constituição de um tipo de poder, e que isso está mais ligado ao tipo de projeto que os sujeitos sociais colocam.

Evidente que há uma divergência básica entre um projeto atual de reprodução de formas de dominação, e outro, não sei quais são os elementos que o constituem, se são classes, se são segmentos, se são grupos, etc., que se colocam contra isso e querem reestruturar uma articulação de poder, que, recuperando a sua tradição de proletariado, significa simplesmente estender direitos iguais para todos. Está até naquele Manifesto primeiro na Associação Internacional de Trabalhadores. O proletariado não quer miséria e sim a extensão de direitos iguais para todos, o que significa de certa maneira, a eliminação de uma estrutura de poder que cria a exploração, a espoliação e até a opressão. José Dirceu, que morou em Cuba, sabe que nem sempre os problemas de opressão estão ligados aos de espoliação.

Então, não me sinto muito ligado a essa classe dominante, porque não tenho a menor parcela, ainda que colocado num aparelho de Estado e, no caso da universidade, por eleição de trabalhadores a que o Estado não pôde resistir, não tenho a menor parcela nessa responsabilidade de oprimir, ou de explorar ou de dominar diferentemente, como José Dirceu também não a tem.

Outro aspecto: também estava meio incomodado nessa questão de que a transição passe pelo PT, ou seja, que o PT seja responsável pela transição ou o PC. A transição é responsabilidade da cidadania plena. O PT, o PC e o PRC – olha, que a Maria Luíza vem aí – se ajustam a um problema mais geral que rompe com as estruturas de dominação atuais e que vai ter que definir objetivos e aliados. O PT tem a responsabilidade de contribuir para este fim, discutindo com outros que tenham igual responsabilidade. No entanto, não estou sentindo que depende dele a transição, ou que ele entornou o caldo da transição. Isto é claro, a transição se dá, porque é inevitável, há uma crise. Essa crise não é só nossa. É crise geral de paradigma – também sondei um pouco sobre a questão. A crise é da ditadura para o liberalismo? É. Entretanto, dependendo da intervenção de certos agentes históricos, ela pode chegar ao socialismo, ou pode ficar numa mediação. Uma reforma agrária não é necessariamente a expropriação dos meios de produção rural. É certamente uma distribuição mais equitativa de justiça, dependendo de como são operados os mecanismos.

Era o que tinha a dizer, para me livrar um pouco desse incômodo.

Uma outra questão prioritária: a cidadania do trabalhador rural. Isto significa ter direito à terra, ao uso da terra e aos frutos da terra. Questão polêmica, a reforma agrária será sem dúvida um dos temas em destaque na futura Assembléia Nacional Constituinte. No seminário *A Construção da Cidadania*, discute-se reforma agrária dentro de um sentido de redefinição da propriedade. Igualmente são discutidos outros temas polêmicos, como a questão étnica – a cidadania das minorias raciais –, a cidadania dos homossexuais, o planejamento familiar, a discussão em torno do aborto.

Alguns dos direitos de cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à Justiça. Existe ainda uma segunda classe de direitos: são os direitos políticos, votar, ser votado e participar politicamente da vida da nação. Surge agora uma terceira classe de direitos que começa a compor o quadro de uma cidadania econômica. É uma nova cidadania, ligada à representação social e política do trabalhador, que pressupõe os seus direitos na empresa, sua liberdade em criar e em participar de movimentos associativos e sindicais. Todas estas questões foram debatidas em seis longos painéis que são agora reproduzidos neste livro e que têm o mérito principal de mostrar a abrangência dos temas a serem levados à futura Assembléia Nacional Constituinte.

Construção da Cidadania, A



\* 9 4 5 8 \*

R\$ 29,00

ISBN 85-230-0211-1